

Nossa

Revista do Memorial da América Latina Nº45 - Ano 2012 | 2º trimestre - R\$ 9,00

AMÉRICA

TRANSOCEÂNICA

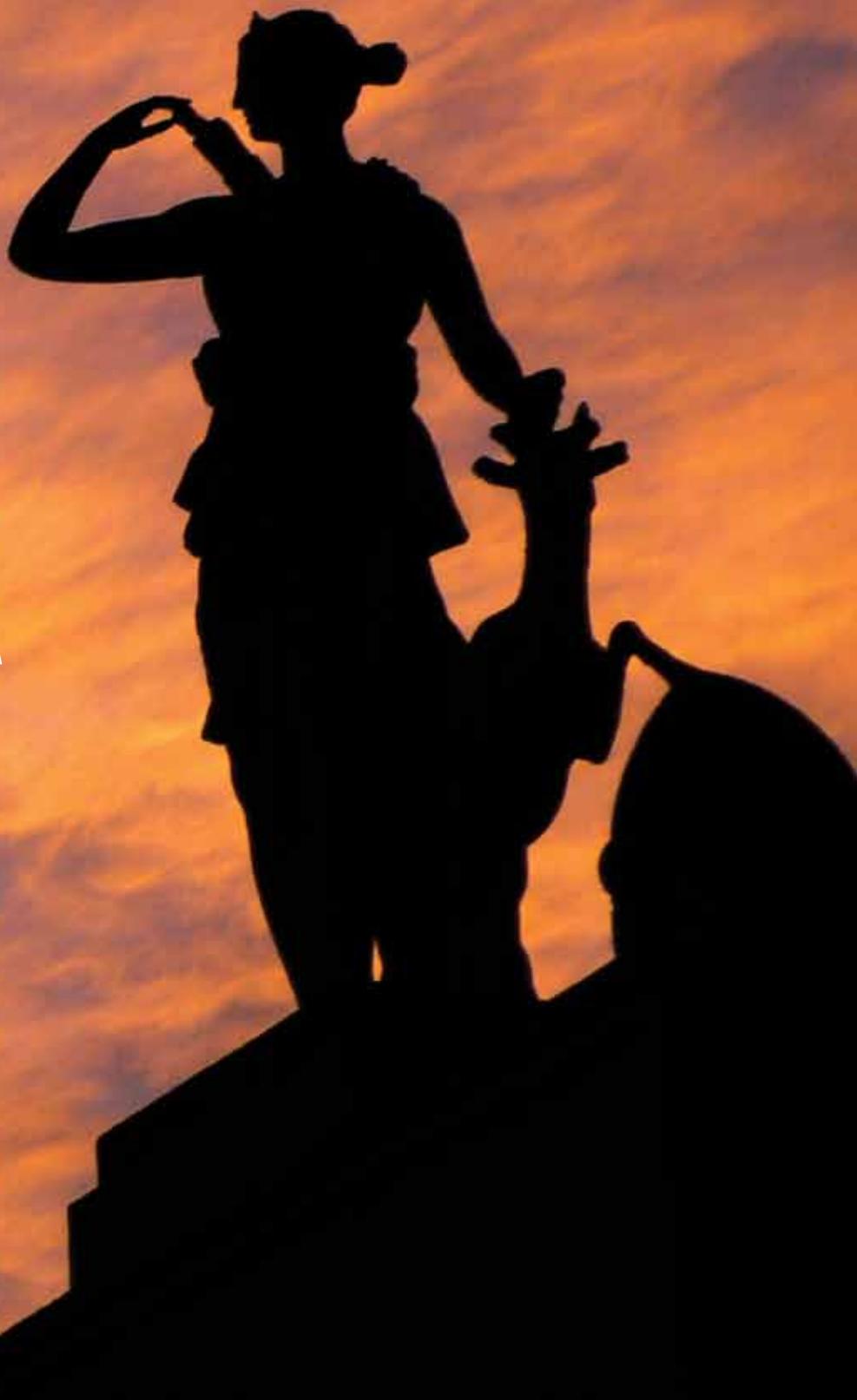
Mais um passo para a
união latino-americana

MIGRANTES

Um mundo redesenhado

FUTEBOL

Os tupis reinam na
América do Sul



Faça aqui seu evento!

www.memorial.sp.gov.br Informações: 3823-4618



AMÉRICA

Número 45
ISSN 0103-6777



Foto: Hélio Campos Mello

TRANSOCÊANICO
MAIS UM PASSO PARA A
UNIÃO LATINO-AMERICANA

MIGRANTES
UM MUNDO
REDESENHADO

NO FUTEBOL
OS TUPIS REINAM NA
AMÉRICA DO SUL

GOVERNADOR
GERALDO ALCKMIN

SECRETÁRIO DA CULTURA
MARCELO MATTOS ARAÚJO

**FUNDAÇÃO MEMORIAL
DA AMÉRICA LATINA**

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE
ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO

SECRETÁRIO DA CULTURA
MARCELO MATTOS ARAÚJO

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
PAULO ALEXANDRE BARBOSA

REITOR DA USP
JOÃO GRANDINO RODAS

REITOR DA UNICAMP
FERNANDO FERREIRA COSTA

REITOR DA UNESP (em exercício)
JULIO CEZAR DURIGAN

PRESIDENTE DA FAPESP
CELSO LAFER

REITOR DA FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES
JOSÉ VICENTE

PRESIDENTE DO CIEE
RUY ALTENFELDER SILVA

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA
ADOLPHO JOSÉ MELFI

DIRETOR DE ATIVIDADES CULTURAIS
FERNANDO CALVOZO

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (em exercício)
ANGELO DE JESUS FERREIRA LOPES

CHEFE DE GABINETE
IRINEU FERRAZ

imprensaoficial

DIRETOR PRESIDENTE
MARCOS ANTONIO MONTEIRO

DIRETOR INDUSTRIAL
TEIJI TOMIOKA

DIRETORA FINANCEIRA
MARIA FELISA MORENO GALLEG0

DIRETOR DE GESTÃO DE NEGÓCIOS
JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DE ARAÚJO

REVISTA NOSSA AMÉRICA

DIRETOR
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

EDITORA EXECUTIVA/DIREÇÃO DE ARTE
LEONOR AMARANTE

EDITORA ADJUNTA
ANA CANDIDA VESPUCCI

COLABORAÇÃO
TÂNIA RABELLO

ASSISTENTE DE REDAÇÃO
MÁRCIA FERRAZ

DIAGRAMAÇÃO (ESTAGIÁRIO)
FELIPE DE PAULA LOPES

REVISÃO (ESTAGIÁRIO)
ELIAS CASTRO

DIAGRAMAÇÃO E ARTE
ESTAÇÃO DAS ARTES/SILVIA SATO

TRADUÇÃO E REVISÃO
ESTAÇÃO DAS ARTES/DEISE ANNE RODRIGUES/
FERNANDA LIMA

COLABORARAM NESTE NÚMERO
Daniel Pereira, Eduardo Rascov, Hélio Campos Mello, José
Botafogo Gonçalves, José Roberto Torero, Luana Schabib,
Reynaldo Damazio, Roberto Simon.

CONSELHO EDITORIAL
Aníbal Quijano, Carlos Guilherme Mota, Celso Lafer, Davi
Arrigucci Jr., Eduardo Galeano, Luis Alberto Romero, Luiz
Felipe de Alencastro, Luis Fernando Ayerbe, Luiz Gonzaga
Belluzzo, Oscar Niemeyer, Renée Zicman, Ricardo Medrano,
Roberto Retamar, Roberto Romano, Rubens Barbosa,
Ulpiano Bezerra de Meneses.

NOSSA AMÉRICA é uma publicação trimestral da Fundação
Memorial da América Latina. Redação: Avenida Auro Soares
de Moura Andrade, 664 CEP: 01156-001. São Paulo, Brasil.
Tel.: (11) 3823-4669. FAX: (11)3823-4604.
Internet: www.memorial.sp.gov.br
Email: publicacao@fmal.com.br

Os textos são de inteira responsabilidade dos autores, não
refletindo o pensamento da revista. É expressamente proibida
a reprodução, por qualquer meio, do conteúdo da revista.



SECRETARIA DE
ESTADO DA CULTURA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIAL 04

Antonio Carlos Pannunzio

INTEGRAÇÃO 06

Daniel Pereira

TRANSNACIONALIDADE 11

**José Botafogo Gonçalves
Roberto Simon**

VIAGEM 15

Luana Schabib

ENSAIO 18

Hélio Campos Mello

ARTE 24

Leonor Amarante

REFLEXÃO 30

Tânia Rabello

INTERCÂMBIO 38

Reynaldo Damazio

PERSONALIDADE 42

Eduardo Rascov

ECONOMIA 48

Antonio Carlos Pannunzio

OPINIÃO 51

Roberto Simon

NOVOS TEMPOS 54

Tânia Rabello

ESPORTE 56

José Roberto Torero

CURTAS 62

Da Redação

POESIA 66

Aníbal Cristobo

EDITORIAL

O Brasil mudou e continua mudando. O protagonismo que o País vive se reflete em projetos grandiosos, como a Transoceânica, concebida para ligar o Atlântico e o Pacífico. Resta saber qual será, de fato, seu papel na integração regional. Quem conta a saga dessa obra audaciosa e sedutora é o jornalista Daniel Pereira. E, por falar em integração, de novo em pauta a questão da migração, um tema bastante atual: sabe-se que a busca por uma vida melhor mudou de endereço e agora os Estados Unidos deixaram de ser o objetivo do imigrante latino-americano, que, diante da crise financeira mundial, elege destinos regionais para se estabelecer. A análise é do jornalista Roberto Simon.

O fotógrafo Hélio Campos Mello, repórter de guerras e de tantos outros desafios jornalísticos, viajou por quase toda a América Latina, registrando as múltiplas facetas desse rico território. É uma seleção dessas imagens que *Nossa América* reúne no ensaio desta edição. Na sequência, um artigo sobre o MAC, bastante perti-

nente, já que a instituição abriga um dos mais importantes acervos de arte moderna e contemporânea, e prepara-se para, finalmente, abrir as portas em casa nova, no edifício que por anos abrigou o Departamento Estadual de Trânsito. Leonor Amarante, editora de *Nossa América*, foi conferir e conta como será a mudança e a programação dessa importante instituição cultural do País.

Ainda na área cultural, porém, uma nota triste: um dos críticos e agitadores mais atuantes da América Latina, Jorge Glusberg, morreu em fevereiro último, deixando um hiato entre a comunidade artística argentina e as instituições culturais. Eduardo Rascov, editor do *site* do Memorial, ouviu algumas personalidades brasileiras que trabalharam com ele para deixar um registro da falta que suas iniciativas farão.

O Festival Ibero-Americano de Teatro do Memorial conta com um público já cativo e chega à quinta edição, com peças de vários países. O jornalista Reynaldo Damazio faz um balanço da

importância que o evento conquistou no cenário cultural de São Paulo.

Estamos ou não inseridos internacionalmente? Passadas algumas décadas em que a produção artística latino-americana não tinha espaço dentro do mercado internacional, seja na música, na literatura, nas artes plásticas, em cinema e dança, como a situação se apresenta atualmente? Coube à jornalista Tânia Rabello entrevistar especialistas nessas áreas para saber as respostas.

Segundo Christine Lagarde, diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), a gravidade da crise econômica que atinge países europeus se acentua diante da dificuldade que alguns têm para administrá-la. Como ficam o Brasil e os demais países latino-americanos? O presidente do Memorial da América Latina, Antonio Carlos Pannunzio, comenta a situação. Mais uma questão da área econômica que anda agitada internacionalmente: costuma-se dizer que não conseguimos emplacar nenhum modelo de transnacionalidade como Alalc, Ala-

di e Mercosul. Por que isso acontece? O jornalista Roberto Simon e o embaixador José Botafogo Gonçalves analisam a questão de diferentes pontos de vista.

No futebol, o Brasil tornou-se para a América do Sul o que a Europa é para os brasileiros, devido ao mercado interno altamente inflacionado. Grandes clubes brasileiros passaram a contratar talentos de países vizinhos por salários mais baixos. Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, Chile, Uruguai e Argentina compõem o mapa de reforços de craques. O jornalista esportivo José Roberto Torero foi convidado por *Nossa América* e escreve sobre o tema.

Encerram a edição a tradicional seção Curtas, com notinhas sobre a América Latina, além, é claro, da poesia. Nesta edição, *Filha do capinzal*, do jovem e promissor portenho Aníbal Cristobo.

Antonio Carlos Pannunzio
Presidente do Memorial da América Latina

TRANSOCEÂNICA

MAIS UM PASSO PARA A UNIÃO

LATINO-AMERICANA

Daniel Pereira

A megarrodovia concebida para ligar os oceanos Atlântico e Pacífico, do Porto de Santos à costa marítima do Peru, está pronta. Resta saber agora qual será, de fato, o seu papel no fortalecimento da integração latino-americana e, mais para a frente, se será o trampolim para impulsionar a tão almejada independência comercial dos países da região no diálogo com a China e os Tigres Asiáticos. Se o primeiro objetivo pode se concretizar rapidamente, é prematuro dizer o mesmo quanto à pretensão de, a médio prazo, considerar a faraônica obra alternativa potencial para reduzir despesas e distâncias nos trâmites de exportação dos produtos brasileiros e de seus vizinhos pela via do Pacífico. Por enquanto, o desenho da estrada pode ser comparado àquela suntuosa mansão que ainda espera pelo toque final do decorador para fazer as honras da casa para suas ilustres visitas.



Também conhecida como Estrada do Pacífico (no Brasil) e Carretera Interoceánica Sur (no Peru), sua construção representa um dos mais espetaculares desafios da engenharia mundial. Os números são expressivos. Oficialmente, custou cerca de US\$ 2 bilhões, embolsados por dois consórcios brasileiros liderados por Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa, associados com empreiteiras peruanas.

A rodovia tem 2.600 quilômetros. Nasce em Rio Branco, capital do Acre. Dali até a cidade de Assis Brasil, na fronteira com o Peru, são 344 quilômetros. Quando entra em território peruano, ela se abre em duas ramificações. Uma segue para Cuzco (a 130 quilômetros dali está Machu Picchu, Patrimônio Cultural da Humanidade

e o ponto turístico mais visitado no Peru), passa por Nazca e termina no Porto San Juan. Outra vai para o Lago Titicaca, de onde se bifurca em direção aos portos de Matarani e Ilo, na costa sul do Pacífico peruano.

Epopeia

A perspectiva de que a crise do euro venha a afetar, sem distinção e com a mesma intensidade, países desenvolvidos, emergentes e pobres no resto do planeta, como advertem cabeças coroadas da economia mundial, é mais do que um bom motivo para que Brasil e Peru acelerem os procedimentos para desembaraçar os entraves burocráticos que, até agora, colocam em xeque a utilização da rodovia como salvo-conduto para o desenvolvimento da região.

A epopeia vivenciada por engenheiros e operários – cerca de 4 mil ho-

*Ponte Billingshurst
sobre o Rio Madre
de Dios, enorme
estrutura metá-
lica e último elo
que faltava para
ligar o Atlântico ao
Pacífico.*

mens – para vencer os desafios geográficos e climáticos da floresta amazônica e da Cordilheira dos Andes terá sido em vão se a Transoceânica acabar como rodovia restrita ao uso apenas de turistas e mochileiros, ou via de duas mãos de pequenos negócios entre cidades do Acre e do Peru.

A inauguração, em julho de 2011, da ponte sobre o Rio Madre de Dios (no Brasil, nosso velho Madeira), em Puerto Maldonado, foi o último obstáculo da natureza para a conclusão da estrada. Mas sobram problemas e um deles é crucial: a alfândega (curiosamente, instalada antes da entrada de Assis Brasil, a última cidade na fronteira) não tem infraestrutura, nem funcionários para atender em tempo integral, e muito menos possui sistema de conversão do sol (a moeda peruana) para o real. Isso

obriga o visitante a fazer a troca por dólar, o que encarece a transação.

De qualquer forma, a nova estrada é vista como o maná que caiu do céu para semear as esperanças de prosperidade dos acreanos e dos 7 milhões de consumidores peruanos das cidades em seu percurso.

O Acre está em posição estratégica: a viagem, por rodovia, até os portos do Pacífico é 14 dias mais curta do que o transporte marítimo pelo Canal do Panamá. O Estado é o maior produtor de castanha-do-pará e explora madeira certificada, enquanto o Peru exporta farinha de peixe, chumbo, alho, cebola e batata.

Ainda não é possível dimensionar as transformações sociais que acompanham o nascimento da rodovia. Mas já há quem comemore, vendo o futuro na esquina, como os donos de

Esperança de prosperidade para acreanos e peruanos nas cidades em seu percurso.



uma criação de peixes pirarucus e tambaquis, que ampliaram o negócio para cidades peruanas. Eles já sonham com o dia em que poderão exportar sua produção para a China.

Um olhar brasileiro

Abstraídos os perigos naturais ao longo do percurso, especialmente nos trechos sinuosos e estreitos dos Andes, onde o ar é rarefeito e os *uajicos* (avalanches de terra e lama) são imprevisíveis, o visual que a estrada oferece é deslumbrante, e tem atraído a curiosidade de aventureiros, cientistas e ambientalistas preocupados com o impacto ambiental na floresta e com a sobrevivência dos povos indígenas – estas são duas pedras no caminho da estrada.

Acostumados a visitar Cuzco e Machu Picchu por outros caminhos, os brasileiros já estão explorando a nova

rota. O jornalista Paulo Markun esteve por lá antes da conclusão da ponte sobre o Rio Madre de Dios. “A Transoceânica é imponente só no nome: na prática, é apenas uma estrada de pista simples e duas mãos, asfaltada e bem sinalizada, sem grandes curvas.”

A paisagem nesse primeiro trecho (229 quilômetros), diz Markun, ainda é plana e marcada pela agricultura e pela pecuária. Nada do que iria encontrar quando começou a subir a cordilheira. “A subida – e que subida! – começa logo após o povoado de Santa Rosa, a 120 quilômetros de Puerto Maldonado, mas aperta mesmo a partir de Quince Mil, em torno do acampamento de peões.”

A estrada é uma sucessão de curvas, muitas vezes de até 180 graus. “O termômetro despenca e o *soroche* pode surgir. O *soroche* é o mal das alturas, cau-

Entrando no Peru, são 1.868 quilômetros para alcançar Lima.



Na rota, povoados, construções rústicas e trajes típicos das populações indígenas.



sado pelo ar rarefeito. Provoca indisposição geral, forte dor de cabeça e ânsia de vômito. Há meia dúzia de maneiras para enfrentá-lo, e a mais popular é mascar folhas de coca. Algo tão natural quanto mascar chiclete.”

O destino de Markun era Machu Picchu. Ele teria que atingir o ponto mais alto dos Andes e descer até Cuzco, no Vale Sagrado dos incas. “A paisagem é de tirar o fôlego: neves eternas, construções rústicas de pedra, peruanos em seus coloridos trajes típicos no cenário ocre, cinza, preto e branco, guanacos e lhamas.”

Apesar do zigue-zague interminável e dos *uacos*, Markun dá uma dica: não é preciso usar carros fora-de-estrada, do tipo 4x4, que são caros e raros em Rio Branco. “Qualquer carro médio destrincha a estrada – diz – e pode se chegar, sem susto, ao pico da cordilheira, a 4.587 metros de altitude.”

Do que viu nessa aventura, o jornalista concluiu que “falta muito para que a Transoceânica seja uma rota turística usual” – opinião que, aparentemente, ainda prevalece, mesmo depois da rodovia inaugurada.

O pífio desempenho das exportações do Acre, em 2011, para os mercados gigantes da economia mundial (China e EUA) reforça a necessidade de propostas concretas para fazer da Transoceânica o caminho para o Pacífico, incentivando a instalação de novas indústrias, impulsionadas pela recente criação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE). Por enquanto, tudo continua como dantes nas relações comerciais do Estado na região: a Bolívia ainda é o principal parceiro comercial do Acre.

Daniel Pereira é jornalista da área da cultura.

POR QUE NÃO FUNCIONA?

José Botafogo Gonçalves e Roberto Simon

Desde a segunda metade do século XX, o Brasil e seus vizinhos latino-americanos vêm multiplicando iniciativas no sentido de promover a integração regional, seja por intermédio da economia, seja por meio da cooperação política. Algumas dessas iniciativas se revestiram de ambiciosa institucionalização, como a Alalc e a Aladi. Nas décadas finais do século XX, os ideais globais latino-americanos foram abandonados e substituídos por esquemas menos pretensiosos, porém mais realistas e pragmáticos. O México constituiu com o Canadá e os Estados Unidos o Nafta; Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai constituíram o Mercosul; os países andinos constituíram a CAN (Comunidade Andina de Nações), com exceção do Chile, que decidiu trilhar caminho próprio e solitário ao adotar o modelo de acordos de livre comércio,

erga omnes, com ênfase nos Estados Unidos e nos países asiáticos. Não obstante a redução das ambições originais e o contínuo apoio das elites intelectuais desses países e da opinião pública em geral, é inegável que hoje, no limiar do segundo decênio do século XXI, persiste a sensação de que as políticas de integração regional, se não fracassaram, pelo menos ficaram muito aquém dos objetivos perseguidos. Por que isto ocorre?

Vamos buscar a resposta a esta indagação pela análise de três vertentes diferentes, embora complementares, dos ideais integracionistas, a saber: as vertentes cultural, a política e a econômico-comercial.

Pela vertente cultural, a integração latino-americana se justificava pela necessidade de compensar as deficiências individuais de cada país em termos de capital financeiro, tecnológico e educacional, recursos energéticos escassos, clima tropical hostil à agricultura sustentável, composição étnica mestiça e, portanto, inferior à “raça branca”, pela união de todos os povos subdesenvolvidos, com base no conceito de que a “união faz a força”. Em outras palavras, a América Latina periférica só alcançaria a centralidade por intermédio de uma ação conjunta que compensasse a importância e a interferência dos países centrais.

A tradução política do enfoque cultural, acima resumido, se materializou na adoção dos ideais de nacionalismo econômico e de soberanismo legal, por meio dos quais o capital financeiro nacional é superior ao capital financeiro importado; a indústria e a agricultura nacionais devem ser protegidas da indústria e da agricultura importada; a cadeia produtiva com alto grau de nacionalização é superior à cadeia produtiva na qual os componentes importados podem ser determinantes na qualidade tecnológica, na redução do custo final do produto acabado, na competitividade internacional do setor industrial

em causa – como é o caso emblemático da indústria automobilística.

Pela vertente econômica, foram subestimados os fatores inibidores da eficiência produtiva, como as gravíssimas deficiências em infraestrutura de transporte, sobretudo na perspectiva intermodal, de energia e de comunicações (serviço telefônico quase inexistente). Ao contrário do que poderia sugerir o ideal integracionista, a união das deficiências infraestruturais de duas economias, por exemplo, a argentina e a brasileira, tem tido como resultado um agravamento das reações nacionalistas e protecionistas. Qual a saída para esse impasse conceitual?

Para o Brasil, a resposta está em revisitar o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul; abandonar o nacionalismo regulatório, que impede que as decisões do Conselho de Ministros sejam automaticamente internalizadas; revigorar o conceito de livre comércio intrazona, o que significa aceitar, sem protecionismo, as importações de origem uruguaia e paraguaia; reduzir, e não ampliar, as exceções à Tarifa Externa Comum, embora lançando mão de atitudes mais flexíveis na adoção de regimes especiais de importação, para compensar, em parte, a assimetria entre a gigantesca economia brasileira frente a reduzidas dimensões das economias dos países menores. Nas relações bilaterais com a Argentina, sobretudo na área industrial, construir uma agenda positiva, que leve ao desenvolvimento do conceito de produto industrial do Mercosul, para ganhar eficácia competitiva no plano mundial. Em resumo, menos nacionalismo e mais regionalismo, menos regulação nacional e mais regulação regional. O Brasil, hoje, é a sexta economia do mundo. Só tem a ganhar com esta nova atitude.

O embaixador José Botafogo Gonçalves é vice-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

DEVANEIOS DA INTEGRAÇÃO LATINA



Aos esquecidos, vale relembrar: o “sonho de Simón Bolívar” virou realidade há dois anos em Cancún, no México, por decisão de 32 chefes de Estado sorridentes e uniformizados com apumadas *guayaberas*. Pelo menos foi isso o que vários deles alardearam à época, enquanto criavam a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a Celac – mais uma sigla a entrar na sopa de letrinhas da integração regional das Américas, ao lado de OEA, Mercosul, Unasul, CAN, Aladi, Alba, Caricom, Nafta, Alca (esta, natimorta) e tantas outras.

“O ideal de uma América unida está mais vivo do que nunca”, celebrou o anfitrião da festa, presidente Felipe Calderón, político de centro-direita. “É de transcendência histórica”, concordou o presidente socialista cubano, Raúl Castro, apontando para a palavrosa carta de fundação da comunidade, cuja versão final soma 88 páginas.

Para além dos arroubos retóricos, a iniciativa da Celac mais uma vez demonstra aos líderes latino-americanos que, embora eles façam a História, não a fazem como querem. Passados dois anos

do lançamento da comunidade “quase” hemisférica – EUA e Canadá foram calculadamente excluídos –, a jovem Celac padece da inexistência de um objetivo político comum e factível. Um mal, aliás, que cada vez mais aflige projetos de integração regional na América Latina. Em algum lugar entre ambiciosos objetivos e a falta de uma agenda clara, estacionam as incontáveis siglas da região.

A nova “comunidade” nasceu da fusão do Grupo do Rio (mecanismo de consulta de 18 países, criado em 1986) com a Cúpula da América Latina e do Caribe (Calc). Suas metas são “impulsionar o desenvolvimento e a integração” e “consolidar a identidade latino-americana e caribenha”. No dia em que veio à luz, a Celac ganhou da imprensa o apelido de “OEA do B”, em referência à Organização dos Estados Americanos, com sede em Washington. Se havia algo em comum entre os 32 presentes em Cancún, além das *guayaberas*, era a intenção de criar um espaço livre da influência dos EUA.

A ausência norte-americana adquiriria sentidos diversos. Para Cuba, por exemplo, significava a possibilidade de es-

tar em um amplo grupo regional pela primeira vez desde 1962, quando foi expulsa da OEA. Para o México, representava um bem-vindo respiro diante do grande vizinho ao norte, com o qual celebrou em 1994 um acordo de livre comércio, o Naf-ta, e para onde destinam-se mais de 80% de suas exportações. Para o bloco bolivariano, era a libertação latino-americana de “Washington e do FMI”, como explicou o presidente da Bolívia, Evo Morales.

Havia outros países menos entusiasmados com a suposta concretização do ideal de Bolívar. Era o caso do Brasil. Nas duas últimas décadas, a diplomacia brasileira preteriu iniciativas hemisféricas a projetos de integração centrados no contexto sul-americano – caso notadamente do Mercosul, dos anos 1990, mas também da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), dos anos 2000. Ainda assim, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi figura de destaque na cúpula de Cancún. Chamou a Celac de “fato histórico de grande dimensão” e conclamou os demais 31 participantes do encontro a se unirem em torno da Argentina contra a ocupação britânica das Ilhas Malvinas. “Lula é o líder natural do bloco”, bajulou o anfitrião, Calderón.

200 anos depois

Na reunião no México, além da criação da comunidade, decidiu-se que os líderes latino-americanos voltariam a se encontrar em julho do ano seguinte na Venezuela para definir os mecanismos de funcionamento da Celac. De novo, Bolívar era a referência: a reunião de Caracas coincidiria exatamente com o aniversário de 200 anos de independência da Venezuela pelas mãos do herói libertador. No entanto, dias antes da data marcada, o encontro teve de ser cancelado por causa da luta do presidente Hugo Chávez contra um câncer na região pélvica.

A cúpula na Venezuela finalmente ocorreu em dezembro. Na declaração final, os países reafirmam compromissos

de integração adotados anteriormente e estabeleceram uma cláusula democrática ao grupo. Este tipo de mecanismo faz com que, caso um dos países-membros sofra um golpe, ele seja rapidamente excluído da comunidade. Com países como Cuba a bordo, o grupo teve de restringir a cláusula democrática à “subversão do Estado de direito”, sem mencionar a realização de eleições livres e a liberdade de expressão e de imprensa. Estes dois direitos básicos são assegurados pelas cláusulas de vários outros organismos regionais, como o Mercosul, Unasul e OEA. Da Celac, ficaram de fora. Entre os países que adotaram o dispositivo antigolpes em Caracas estava Honduras, vítima de uma ruptura institucional em julho de 2009. Tegucigalpa passou a integrar formalmente a comunidade, pois na cúpula do México participou com status de observadora.

Mas os presidentes latino-americanos não conseguiram entrar em acordo sobre como entrar em acordo – há, decerto, algo kafkiano nisso. A anfitriã Venezuela defendia que todas as decisões fossem tomadas por consenso, como ocorre, por exemplo, no Mercosul. O Equador reclamou que isso daria virtual poder de veto a qualquer país sobre os demais e passou a fazer campanha pelo uso de maioria qualificada nas decisões. Venceu o impasse.

Dois anos depois, o clima em Caracas era outro que o de Cancún. Entre os discursos exaltando a união regional e as tradicionais fotos em grupo, os presidentes das três maiores economias da América Latina – Brasil, México e Argentina – anteciparam a volta para casa e só participaram do primeiro dia do encontro da Celac. Talvez tenham despertado do sonho de Bolívar.

Roberto Simon é repórter do jornal O Estado de S. Paulo e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – San Tiago Dantas.

TREM DA MORTE UM SONHO DE JUVENTUDE

Luana Schabib

Há certas coisas que o tempo permite: horizontes, poltronas velhas de ônibus, estradas. O ponto de partida é Corumbá, Mato Grosso do Sul – Estado que faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai, e é o começo de várias aventuras para a Argentina e o Peru. No coração do Pantanal. Vamos contar uma das histórias sobre o trem que pretendia integrar a América do Sul e é conhecido como o Trem da Morte. Com peito aberto para compreender, em um fluxo sem vírgula, sem sotaques, sem fronteiras. Leva tempo para chegar a destinos diferentes, desafiando a falta de estrutura e o cansaço, mas quem se aventura vê além do comum, caso de Jakko, um finlandês de olhos brilhantes sempre em busca da próxima fronteira.

Estavam arrumando suas coisas há 20 minutos. Garrafa de água presa do lado de fora da mochila, ao lado do chinelo – usado para aliviar a pressão da corrida com o tempo. Estamos em Puerto Quijarro, Bolívia, na estação de onde parte, às 11 horas, o trem, que em planos cortaria os Andes. Mais conhecido como Trem da Morte.

Às 11h30, todos embarcam rumo à Santa Cruz de la Sierra. Ficam na plataforma somente eu, o fotógrafo, Jakko Lavonius, 31, e Eva Lara Versikansa, 23 – com suas mochilas arrumadas.

Chego falando espanhol, eles me respondem com fluência que eu não esperava.

Jakko tem olhos azuis; diz que são finlandeses. Quando me identifico como repórter brasileira, ele de imediato começa a falar português. Eva tem traços latinos; olhos negros. Conta que seu pai é colombiano e que ela foi viajar para conhecer suas raízes.

Quando digo que estou fazendo uma reportagem sobre o Trem da Morte, Jakko se antecipa: “Este é o trem da vida, da conexão.”

Na época da borracha, o território que hoje é o Estado do Acre foi muito disputado entre Brasil e Bolívia; até os gringos colocaram lá seus interesses. Por causa da impossibilidade de concluir a Ferrovia Madeira–Mamoré, foi construída, em substituição, a Ferrovia Corumbá–Santa Cruz, prevista no Tratado de Petrópolis como indenização à Bolívia pela anexação do Acre ao Brasil, em 1904.

Durante a construção, a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, tendo como sede a Casa Wanderley & Baís, no porto de Corumbá, foi determinante para a implementação do Tratado de Roboré, em fins da década de 1950.

Por meio desse tratado, pequenas povoações foram se desenvolvendo ao longo da ferrovia e começaram a se integrar ao mercado regional. Isso fez de Corumbá,

Campo Grande e Santa Cruz de la Sierra polos de desenvolvimento comercial.

Mas ditaduras reinantes na América Latina faziam com que ferrovias públicas como a Enfe (Empresa Nacional de Ferrocarriles del Estado – Bolívia) e a RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A. – Brasil) ficassem reféns de esquemas de corrupção, que atrapalharam o desenvolvimento das atividades comerciais e turísticas. Em 1990, até uma privatização (questionável) foi executada.

O turismo de aventura se desenvolveu nos anos 1970, com a descoberta da Rota dos Incas (Puno, Cuzco e Machu Picchu) e do Pantanal. Então, o trecho Corumbá–Santa Cruz de la Sierra ganhou o apelido de Trem da Morte – numa tentativa de sabotagem ao crescente turismo alternativo, já que os maiores usuários eram jovens mochileiros da geração *hippie* que descobriam novos horizontes e desnudavam a pobreza reinante no continente, em tempos da repressão política.

Se a rota de Puno, Cuzco e Machu Picchu era responsável pelo transporte diário de mais de 500 pessoas em alta temporada, o Pantanal chamou a atenção para o turismo porque os usuários do trem, que não era diário do lado boliviano, viam-se obrigados a ficar até três dias em Corumbá. Assim o Pantanal foi descoberto e virou rota de turistas europeus, norte-americanos, japoneses, e, mais tarde, dos brasileiros.

Jakko e Eva Lara saíram há quatro meses da Finlândia. A primeira vez que Jakko andou no trem da morte foi quando tinha 19 anos, em 2000. Chegou pelo Rio de Janeiro e foi para Corumbá, Santa Cruz de la Sierra e Charazani. Ainda na Bolívia, fez um curso na Universidade Indígena Intercultural (fez também um intercâmbio na Universidade Federal do Rio de Janeiro). Jakko, que estuda antropologia das religiões, gostou tanto que já é a terceira vez que vem pra cá.



Nesta viagem, Eva o acompanhou. Os dois chegaram ao Rio de Janeiro e foram para Manaus. Viajaram por seis dias numa canoa até chegar à tríplice fronteira Colômbia–Peru–Brasil. Aí foram para Cartagena, na Colômbia, e para o Caribe.

Ligo a câmera para registrar. Eva salta à frente, animada, e logo fala: “A Finlândia faz fronteira com a Rússia e a Suécia. Tem influência dos dois lados. Um traço cultural muito forte no país, além da organização e da disciplina, é a simplicidade e o respeito à natureza”, conta Eva, saltitando.

Quem caminha leva tempo para chegar a destinos diferentes, desafiando a falta de estrutura e o cansaço, mas vê além do comum: “Gosto de vir pra cá porque se veem povos originais. Gostei da comida, das pessoas, do clima”, conta Jakko, com os olhos brilhantes. Eles ajeitam a bagagem nas costas e saem em busca da próxima fronteira.

Luana Schabib é repórter da revista eletrônica Cultura e Mercado.

*A ferrovia Corumbá–
Santa Cruz foi cons-
truída para indenizar a
Bolívia pela anexação do
Acre ao Brasil.*

O OLHO E A ALMA COMO OBJETIVA

Hélio Campos Mello

Costuma-se dizer que o olho é a alma do fotógrafo. Hélio Campos Mello fotografa com a alma, interpreta seus temas, os diseca, informa sobre o presente, mas o registra para o futuro. Ele não tem paixão exclusiva, leva às últimas consequências a máxima de que a fotografia é uma seleção heterogênea e criativa do mundo. Hélio é cria do jornalismo diário, das revistas semanais, das coberturas internacionais, o que quer dizer, é movido pela “raça”. Desde a foto premiada de George Bush pai com Fernando Collor de Mello, às cenas de guerra quando foi prisioneiro no Golfo, ao instantâneo de um pôr do sol na Vila Madalena em São Paulo captado com requinte pictural, Hélio deixa transparecer sua personalidade de criador tanto em imagens abstratas quanto nas realistas, nas geométricas ou nas lineares. Seu vocabulário é amplo, decodificado e sincero. Com a mesma garra com que transferiu para o mundo algo muito intenso que sempre trouxe dentro de si, hoje, mais calmo nos deslocamentos, exercita seu gosto apurado como *publisher* da Editora Brasileiros.

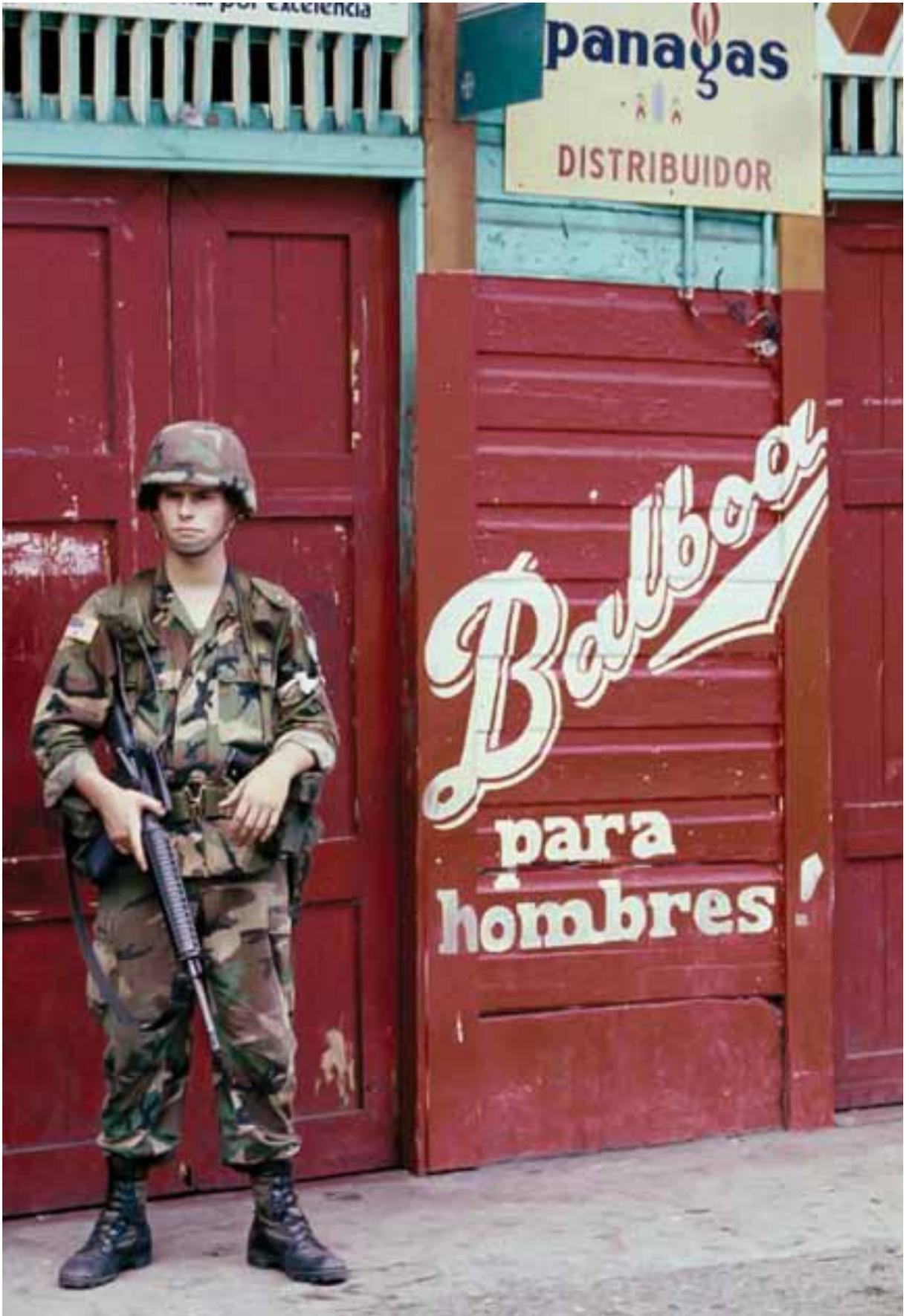


Ao lado, George W. Bush pai e Fernando Collor de Mello, no Rose Garden, na Casa Branca, em 1991. Abaixo, cena da guerra do Golfo, Kuwait, 1991.











*Nas páginas 20 e 21
Pôr do Sol na Vila
Madalena, 2011, São
Paulo. Página ao lado,
cidade do Panamá, 1989.
Nesta página, Roraima,
fronteira do Brasil com
Venezuela, 1980; e
vinhedo em Mendoza,
Argentina, 2007.*



ARTE

MAC

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA
SE INTEGRA AO IBIRAPUERA

Leonor Amarante



*Ao fundo, A negra,
1997, de Carmela
Gross, e obra sem
título, 1987, de Ângelo
Venosa.*

O museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP), um dos mais importantes das Américas, mudou-se para o prédio onde estava instalado o Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

A mostra, Tridimensional no Acervo do MAC: uma Antologia, trata de pontos polêmicos da vanguarda artística do pós-guerra e propõe um diálogo entre as obras de Carmela Gross e Maria Martins, tendo duas esculturas modernistas vizinhas à nova sede: o *Monumento às Bandeiras*, de Victor Brecheret, e o *Mausoléu aos Heróis de 1932*, de Galileo Emendabili.

O novo MAC reforça a vocação do Parque do Ibirapuera como um dos polos culturais de São Paulo, e adensa o conjunto formado pelo Museu de Arte Moderna (MAM), pela Fundação Bienal, pelo Museu Afro-Brasil, a Oca e o Auditório Ibirapuera.

O museu foi instituído em 1963, quando Ciccillo Matarazzo transferiu sua coleção do Museu de Arte Moderna para a então recém-criada instituição, o Museu de Arte Contemporânea.

Atualmente, o MAC está dividido entre o prédio no campus da USP, que será mantido, e uma área no terceiro andar do edifício da Bienal que, gradativamente, será desativada, como explicou o diretor do MAC, Tadeu Chiarelli. Ele ressalta que, agora, o público vai ter a oportunidade de ter mais contato com o acervo neste complexo, composto pelo edifício principal e mais três anexos.

Para a mostra inaugural, foram escolhidos 17 artistas cujas obras integram o acervo de quase 10 mil peças. São eles: Frida Baranek, Eduardo Climachuska e Paulo Climachuska, Sérvulo Esmeraldo, Carlos Fajardo, Carmela Gross, Liuba Wolf, Maria Martins, Cildo Meireles, Henry Moore, Ernesto Neto, Gustavo Rezende, Chihiro Shimotani, François Stahly, Sofu





*Sem título, 1952, de
Sofu Teshigahara.*



Torre, 1957, de Franz Weissmann.

Teshigahara, Angelo Venosa, Franz Weissmann e Haruhiko Yasuda, cujos trabalhos ocupam o piso térreo, atualmente o único acessível ao público.

A transferência do MAC para o novo local, tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Compresp) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), desde 2008, será realizada em três grandes etapas, com exposições durante todo o ano de 2012. O edifício projetado por Oscar Niemeyer, em 1951, tem mais de 30 mil metros quadrados, o que equivale ao espaço dos três andares do prédio da Bienal de São Paulo e, com isso, vai ampliar de 5 para 20% o número de obras expostas.

A obra, realizada pela Secretaria de Estado da Cultura, teve sua inauguração adiada desde 2009, por motivos administrativos e financeiros. Gabriel Borba, museólogo do MAC, explica que foram apresentadas seis outras propostas, uma delas de Oscar Niemeyer, o autor do projeto original, a pedido da secretaria, mas os altos custos previstos tornaram inviável a instalação do projeto. De qualquer maneira, com a reforma atual, parte significativa das 9.512 obras poderá ser apreciada.

O secretário estadual de Cultura, Andrea Matarazzo, acredita que o museu se beneficiará dos frequentadores habituais do Ibirapuera. Quando perguntado como adquirir mais obras expressivas, especialmente de artistas estrangeiros contemporâneos, uma vez que nem o museu nem o governo têm verbas destinadas a isso, ele foi enfático, depois de ser questionado se deveríamos fazer como Chateaubriand, que montou o acervo do Museu de Arte de São Paulo (Masp) ameaçando os empresários: “Não, o que temos de fazer é seguir, isso sim, o exemplo do Ciccillo Matarazzo, o idealizador do MAM, do MAC e da Bienal, que comprava e depois doava.”

O ano de 2012 promete ser movimentado no novo MAC. O diretor do museu explica que as futuras exposições marcarão a mudança do acervo, que é complexa e de alto custo, por causa do seguro das obras. Tadeu Chiarelli afirma que estão previstas aberturas de três exposições individuais: León Ferrari, Julio Plaza e Rafael França, todas pensadas com obras do acervo.

Em julho será a vez de Emiliano Di Cavalcanti e José Antonio da Silva, e da coletiva *Autoria em Questão*. Nessa exposição, a obra de Luiz Paulo Baravelli dialogará com trabalhos de artistas emergentes. Notícia animadora, porque a obra desse artista paulistano, que integrou o Grupo Rex, anda esquecida do circuito das grandes galerias de arte.

Já para agosto, Chiarelli escolheu as individuais de Mauro Restiffe e Carlito Carvalhosa. Em outubro, a grande coletiva: *Principais Obras do Acervo*, que ocorrerá no sétimo andar do MAC, quando serão expostas 200 obras, entre elas, criações de Tarsila do Amaral, Umberto Boccioni, Giorgio De Chirico, Amedeo Modigliani, Flávio de Carvalho, Hélio Oiticica e Lygia Clark.

Com casa nova, a direção do MAC pretende dinamizar o museu, que até o fim do ano estará pronto para receber os numerosos críticos de arte e diretores de museus que nos visitam, especialmente durante a Bienal Internacional de São Paulo.

Leonor Amarante é editora da revista Nossa América.

*Impresso sobre rocha,
1973, de Chihiro
Shimotani.*



A PRODUÇÃO LATINO-AMERICANA ESTÁ INSERIDA NO CIRCUITO ARTÍSTICO INTERNACIONAL?

Tânia Rabello

A “bola da vez” que se tornou o Brasil na economia mundial, atraindo grande volume de investimentos externos, vem quicando também no campo das artes plásticas. A maior atenção que o País desperta no exterior, com economia forte e em crescimento – embora este não seja o fator principal, fazem questão de dizer os especialistas – contribuiu para que as exportações brasileiras de arte contemporânea batessem recorde no ano passado, com US\$ 60,144 milhões negociados, mais do que o dobro de 2010, quando foram negociados US\$ 26,56 milhões. Já desde 2008, o Brasil lidera as exportações de arte na América Latina, seguido de México e Argentina, informa a Associação Brasileira de Arte Contemporânea (Abact).

“Quando você entra em evidência no campo econômico, naturalmente consegue elevar os patamares da sua imagem

em vários outros setores, incluindo aí as artes plásticas”, diz a gerente do Projeto Brasil Arte Contemporânea, parceria da Apex-Brasil com a Abact, Mônica Novaes Esmanhotto. “Mas é óbvio que essa maior visibilidade só se sustenta porque há um trabalho anterior feito aqui, com foco no mercado externo e com uma qualidade da produção artística brasileira que não é de hoje, com lastro cultural muito sólido.”

A galerista Luisa Strina, proprietária da galeria de mesmo nome e uma das pioneiras em difundir arte contemporânea brasileira no exterior, concorda que o mercado internacional esteja mais atento à produção nacional. “Mas isso não pode ser atribuído apenas ao fato de o País ser considerado ‘a bola da vez’”, destaca. “Há um amplo trabalho sendo desenvolvido, há anos, por galerias de arte que participam de feiras



Sinfonia nordestina,
2008, de Beatriz Milhazes.

internacionais e exposições, e que, agora, começa a dar resultado”, diz Luisa. “Aliás, mesmo com a crise econômica mundial, meus principais clientes continuam sendo dos Estados Unidos e da Europa. Quem compra arte tem dinheiro e sabe que se trata de um ativo que não desvaloriza.”

Mônica, da Abact, cita também o maior interesse das grandes feiras de arte internacionais, como Art Basel, na Suíça; Frieze, do Reino Unido, e Armory Show e Art Basel Miami Beach, nos Estados Unidos, em abrigar galeristas brasileiros. “As feiras têm de aprovar a participação da galeria, que passa por um processo seletivo. Percebemos que este ingresso tem sido facilitado”, diz Mônica. “Isso se dá porque esses eventos também atendem a uma demanda dos colecionadores internacionais, mais interessados na arte contemporânea brasileira”, acredita.

Ela alerta, entretanto, que o Brasil ainda está a anos-luz de alcançar o volume exportado pelos principais *players* deste mercado: Estados Unidos e China, com, respectivamente, US\$ 6,9 bilhões e US\$ 5,7 bilhões no segmento de economia criativa, em 2010, no qual se incluem as artes visuais, segundo dados da United Nations Conference on Trade and Development (Unctad).

Um esforço mais coordenado de divulgação e consolidação da produção brasileira no exterior começou em 2005, quando a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) criou o Projeto Brasil Arte Contemporânea, junto com a Fundação Bienal de São Paulo. Em 2010, o projeto passou à coordenação da Abact que, ainda em parceria com a Apex, vem promovendo, no exterior, o trabalho de cerca de 800 artistas, cujas obras são agenciadas por 40 galerias especializadas em arte contemporânea abrangidas no programa. “O projeto

desenvolve ações de promoção comercial nas principais feiras do mundo”, diz o gerente de Projetos de Serviços e Economia Criativa da Apex, Cristiano Braga. “Temos oito mercados-alvo para trabalhar: Estados Unidos, Venezuela, Suíça, Inglaterra, França, Espanha e Alemanha, além de três secundários: México, Argentina e Itália. A partir daí, fazemos um planejamento estratégico com a Abact e seu conselho curador define quais galerias deverão estar em quais feiras internacionais”, explica Braga. Mônica, da Abact, completa: “Este ano vamos subsidiar a participação em três feiras: Frieze, Armory Show e Art Basel Miami Beach”, diz. “Mas várias galerias participam, por conta própria, de outros eventos no exterior.”

“Uma outra questão na qual investimos é na vinda para o Brasil de formadores de opinião na arte contemporânea mundial, como críticos, jornalistas, colecionadores e compradores”, continua Braga. “Montamos junto com a Abact uma agenda de visitação, normalmente durante a Bienal de Artes e a SP Arte”, continua.

É hora de tomar posição

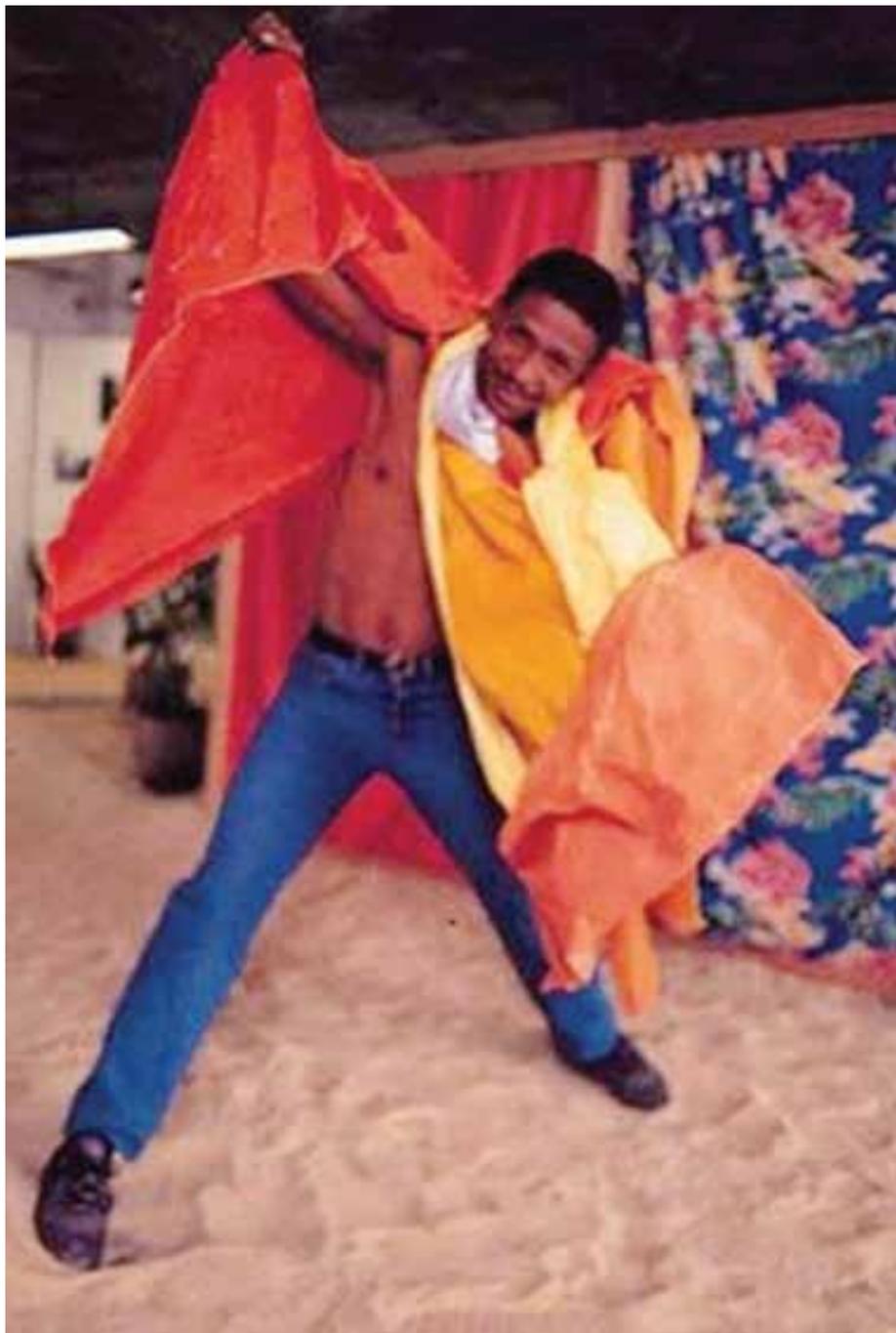
A crise econômica mundial pode representar uma boa oportunidade de o sistema de artes brasileiro se repositonar no cenário internacional como um *player* importante, e não mais como um “reservatório de mercadorias artísticas de qualidade e preços baixos”, defende a consultora e pesquisadora em artes Ana Letícia Fialho, especializada no tema inserção da arte brasileira no exterior, com tese de doutorado sobre o assunto pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris, França. “Isso porque a crise afetou, sobretudo, os países que costumavam ocupar, até recentemente, uma posição hegemônica no circuito internacional de artes e, atualmente, o

mercado é uma instância fundamental na geopolítica das artes”, diz a consultora, que é sócia da FiSch Consultoria em Projetos Culturais.

Segundo Ana Letícia, o cenário da arte contemporânea mundial tem passado por efetivas mudanças desde a década de 1990, “e não só em relação à arte brasileira, mas também à de outros países considerados periféricos”, explica. “Regiões que antes não faziam parte do circuito internacional da arte contemporânea começam a participar dele, num processo de globalização que, naturalmente, modifica o setor.”

Assim, começa a aparecer no eixo central dos Estados Unidos-Europa mais e mais a produção de regiões que, até então, não eram visíveis. Este movimento de expansão, descentralização e diversificação do mapa internacional das artes ainda está em processo, defende Ana Letícia em seu artigo *O Brasil está no mapa? – Reflexões sobre a inserção e a visibilidade do Brasil no mapa internacional das artes*, publicado originalmente em *Depois do muro*, editado pela Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massagna, em 2010.

“Hoje, de fato, existem artistas globais de origens bastante diversas, assim como existem curadores e agentes do mercado atuando em escala global, mas isso não acarreta o surgimento de um sistema global das artes, nem mesmo traz a ampla internacionalização dos sistemas artísticos nacionais, mas sim a possibilidade de uma internacionalização parcial destes, ou seja, hoje os sistemas das artes continuam a ter dinâmicas locais, regionais e nacionais, mas neles passam a existir cada vez mais espaços e tempos de dimensão internacional”, escreve. “Temos de parar de aceitar interpretações da nossa própria produção e contar a história da arte contemporânea do nosso ponto de vista também”, finaliza a crítica.



Parangolé, obra performática de Hélio Oiticica.

O CINEMA BRASILEIRO ATRAI PELO EXOTISMO

Fernando Meirelles, arquiteto de formação e cineasta de profissão, com grande projeção externa – catapultada, principalmente, por causa do filme *Cidade de Deus* que, em 2004, rendeu-lhe a indicação ao Oscar de melhor diretor, consolidando a carreira com os filmes *O jardineiro fiel* e *Ensaio sobre a cegueira* –, não acredita que o cinema brasileiro esteja auferindo os lucros da maior visibilidade econômica do

Brasil. “Nossos filmes raramente são distribuídos em outros países”, diz ele, que também se considera, juntamente com outros cineastas brasileiros que atuam no mercado internacional, uma “zebra”. “Às vezes, o fato de eu ser brasileiro até atrapalha os produtores”, diz ele, nesta entrevista exclusiva para a *Nossa América*, na qual revela que, em breve, fará um filme no Brasil.

*Fernando Meirelles:
“Não sinto que exista
por parte do mercado
internacional um interesse
maior em nosso país.”*



NOSSA AMÉRICA: O cinema tem se beneficiado com a maior visibilidade externa do Brasil?

FERNANDO MEIRELLES: Não sinto que exista um interesse maior pelo nosso país por parte do mercado internacional de cinema. Nossos filmes continuam participando ocasionalmente de mostras internacionais e raramente são distribuídos em outros países. Quando isso acontece é em circuito de arte, muito restrito. A língua é a grande barreira, creio. O que tem interessado ao mercado internacional é o fato de sermos um país onde os estúdios fazem dinheiro. E isso os interessa, claro.

N.A.: Nosso cinema atrai mais pelo exotismo ou pela qualidade da indústria cinematográfica (filmes, roteiros, produções, etc.)?

F.M.: Nosso cinema simplesmente não atrai, e quando atrai é um pouco pelo lado diferente ou exótico. Agora em janeiro foi exibido em Sundance, nos Estados Unidos, o filme *A Cadeira do Pai*, do Luciano Moura, o que é surpreendente. Foi muito bem recebido, com boa crítica do *Variety* (www.variety.com). Mas isso é raro. Até caso único.

N.A.: E a produção latino-americana? Nossos vizinhos argentinos, por exemplo, têm conseguido promover melhor seu cinema?

F.M.: Os filmes argentinos têm prestígio na Espanha e são muito mais premiados e badalados internacionalmente do que os brasileiros. Eles fazem um cinema para a classe média, sobre a classe média, que pode ser assistido em qualquer lugar do mundo. Têm melhores roteiristas, atores extraordinários e diretores que querem apenas contar bem uma história. É que o Cinema Novo deixou no Brasil um certo ranço de que diretor bom é diretor genial, autor, que reinventa o cinema a cada filme. Isso é uma praga, pois o garoto que vai fazer seu primeiro longa quer fazer

seu plano sequência de 4 minutos com a câmera parada, quer ser *cult* e genial. Esquece que a crítica adorava esses filmes, mas o público não ia assisti-los. A Argentina não sofreu desta síndrome do diretor genial. Isso não é uma crítica aos filmes do Cinema Novo. Há obras geniais ali, é apenas a constatação de um efeito colateral.

N.A.: O que você sugere para que os cineastas brasileiros tenham mais projeção no exterior?

F.M.: Eu sugiro que os diretores brasileiros façam seus filmes para o Brasil. Se forem bons, eles cruzarão o oceano. Você pode me perguntar, então: por que você não faz filmes em português? E eu respondo: quero fazer, é que vão me convidando para projetos fora e eu vou aceitando. Quando quero filmar em português, faço TV. Mas depois de um filme que rodo, este ano, na Europa, *Nemesis*, farei um filme no Brasil. Pode anotar aí.

N.A.: Com sua visibilidade externa, tendo inclusive uma indicação ao Oscar pelo seu filme *Cidade de Deus*, além de vários prêmios internacionais, você se considera exceção em relação aos cineastas brasileiros?

F.M.: Há outros diretores brasileiros atuando no mercado internacional fora eu, mas creio que o espaço que temos se deve mais à maneira como filmamos, ou aos contatos que fizemos, do que pelo fato de sermos brasileiros. Na verdade, o fato de eu ser brasileiro sempre complica a vida dos produtores, pois dificulta conseguir fazer com que os filmes sejam considerados ingleses, franceses ou o que seja, condição necessária para ter acesso a dinheiro barato nos mercados locais. Diria que o Andrucha Waddington, o Walter Salles Jr., o Vicente Amorim, o José Padilha e eu somos mais uma zebra do que reflexo da melhor imagem do Brasil lá fora.

E COMO ESTÁ A LITERATURA?

O editor e proprietário da Dobra Editorial, Reynaldo Damazio, vê como consequência imediata da atual projeção brasileira no exterior um maior interesse de editoras internacionais em investir no Brasil. “Isso não quer dizer, porém, que os grandes escritores nacionais estejam sendo mais lidos, traduzidos e comentados”, diz. Para Damazio, mesmo tendo escritores à altura de ganhar o Nobel, o Brasil enfrenta muitas barreiras para firmar-se na literatura internacional. Uma delas, a língua portuguesa.

NOSSA AMÉRICA: O fato de, economicamente, o Brasil estar sob os holofotes do Primeiro Mundo, tem ajudado a despertar maior atenção sobre a literatura brasileira?

REYNALDO DAMAZIO: A crise profunda nos Estados Unidos e na União Europeia, em contraste com o crescimento econômico do Brasil, em certa medida ajuda a chamar a atenção para a cultura brasileira, especialmente com o incremento do mercado de artes e espetáculos. Isso não quer dizer, porém, que os grandes escritores nacionais estejam sendo mais lidos, traduzidos e comentados. Além disso, as editoras internacionais também estão de olho no mercado brasileiro e querem disputar uma fatia desse bolo recheado. Basta lembrar a recente compra de 45% da editora Companhia das Letras pela britânica Penguin. Só que as grandes vendas ainda são de livros de autoajuda ou de qualidade discutível, sublitteratura.

N.A.: As editoras brasileiras fazem um bom trabalho lá fora?

R.D.: Sempre houve interesse em exportar autores, mas a dificuldade continua enorme. Com o crescimento das editoras e do mercado brasileiro, a

participação em grandes feiras, como a de Frankfurt, e a disputa por autores e obras aumentaram. Não resta dúvida de que ocorreu uma profissionalização e as editoras brasileiras entraram pesado no leilão pelos direitos de tradução. O fato, no entanto, é que a pressão do mercado estrangeiro sobre o nacional ainda é maior. A relação é desproporcional, pois importamos muito mais do que exportamos, inclusive qualitativamente.

N.A.: Quais os principais impedimentos para que as literaturas brasileira e latino-americana “aconteçam” no exterior?

R.D.: Os fatores em jogo para a circulação de uma literatura fora das fronteiras nacionais são muito complexos. Vão desde a barreira do idioma a questões mais amplas, antropológicas, culturais e até políticas. Por que consumimos tantos livros ruins de escritores norte-americanos? A resposta não pode ser apenas que eles têm mais talento para produzir *best sellers* do que escritores da América Latina. Há implicações culturais, ingerências de poder e pressões de mercado que se sobrepõem à produção literária propriamente, em especial quando o livro é tratado como objeto de consumo. Um evento sobre literatura brasileira realizado na Bélgica, no ano passado, por exemplo, optou por autores e temas que tivessem maior visibilidade e atraíssem um público maior, em detrimento de uma exposição mais refinada.

N.A.: Que tipo de literatura brasileira seria mais atraente para o mercado externo, na sua opinião?

R.D.: É difícil chegar a uma definição. Talvez uma narrativa de entretenimento com elementos pitorescos locais, mas isso seria um retrocesso, em



termos estéticos, ao que foi realizado por grandes autores durante o chamado *boom* da literatura latino-americana, ou do realismo fantástico, na segunda metade do século passado. Há casos excepcionais, como o do escritor chileno Roberto Bolaño (1953-2003), que passou a ser cultuado no Brasil, e em outros países da América Latina e da Europa, depois de sua morte, embora tenha feito uma literatura sofisticada, experimental, e fora dos padrões de mercado.

N.A.: A língua portuguesa é um obstáculo para ampliar o conhecimento da literatura brasileira no exterior?

R.D.: Sim, o idioma e a falta de bons tradutores são fatores que dificultam a inserção da literatura brasileira no exterior. Mas, como eu disse, é preciso levar em conta, também, aspectos cul-

turais e políticos, que estão relacionados com o papel e a importância que o Brasil representa no contexto internacional. Isso talvez explique por que nunca fomos premiados com o Nobel, ainda que tenhamos muitos escritores à altura.

N.A.: Quais os autores brasileiros de maior inserção no primeiro mundo, excluindo daí Paulo Coelho?

R.D.: Não chegam a ser *blockbusters*, mas escritores de alto nível como Milton Hatoum, Bernardo Carvalho e Luiz Ruffato são traduzidos com frequência e circulam por vários países para divulgar suas obras. Pode ser um bom começo.

Bolaño, o escritor chileno cultuado no mundo todo; um caso excepcional.

Tânia Rabello é jornalista.

FESTIVAL IBERO-AMERICANO DE
TEATRO
DO MEMORIAL CHEGA À SUA 5ª EDIÇÃO

Reynaldo Damazio

Sucesso de público, sucesso de crítica. O Festival Ibero-Americano de Teatro de São Paulo chegou à quinta edição, reiterando seu projeto original de promover o diálogo e o intercâmbio entre grupos teatrais da América Latina, de Portugal e da Espanha. Idealizado por Fernando Calvozo, diretor do Departamento de Atividades Culturais da Fundação Memorial da América Latina, o evento ocorre tradicionalmente em março, já consolidado no calendário cultural da cidade. Os encontros de grupos teatrais de países diversos, com suas propostas estéticas singulares, têm propiciado ao público um rico contato com as melhores tendências do teatro contemporâneo, além de promover um intercâmbio intenso e criativo entre artistas. Do experimentalismo ao drama tradicional, passando por peças de autores consagrados, trata-se de uma oportunidade rara de confrontar técnicas e estilos variados.



Luís Antônio-
Gabriela, de *Nelson
Baskerville, Brasil.*

O resultado é um grande debate sobre os rumos da dramaturgia contemporânea e a busca de novos caminhos para consolidar a linguagem do teatro, numa sociedade de consumo predominantemente audiovisual.

E quem disse que o brasileiro não se interessa por teatro, menos ainda por teatro ibero-americano? A participação do público prova justamente o contrário: tem sido motivadora e vem crescendo sistematicamente ao longo do tempo. Saltou de 9.850 pessoas, em 2008, o que não é pouco para um primeiro evento, para 12 mil, na edição de 2011. Tal interesse prova, também, que sua realização era mais do que oportuna: faltava esse recorte na produção de eventos teatrais.

Já em sua edição inaugural, que teve curadoria de Neyde Veneziano e

consultoria da diretora uruguaia Gloria Levy, o festival contou com apresentações de grupos de primeira linha. Caso do Grupo Tapa, brasileiro, que encenou a clássica peça *Mandrágora*, e do Grupo de Teatro de Braga, português, que levou ao palco *Doroteia*, de Nelson Rodrigues. Além, evidentemente, de diversos outros procedentes de países como Cuba, Bolívia e Espanha. Paralelamente, as mesas de debates reuniram vários profissionais da área, assim como as noites de autógrafos trouxeram nomes do porte de Nydia Lícia, Maria Lúcia Candeias e Tuna Dwek.

No ano seguinte, 13 peças integraram a mostra principal e, 8, o circuito paralelo dedicado a cenas curtas. Nelson Rodrigues, novamente, foi destaque, com apresentações de *Senhora dos Afoga-*



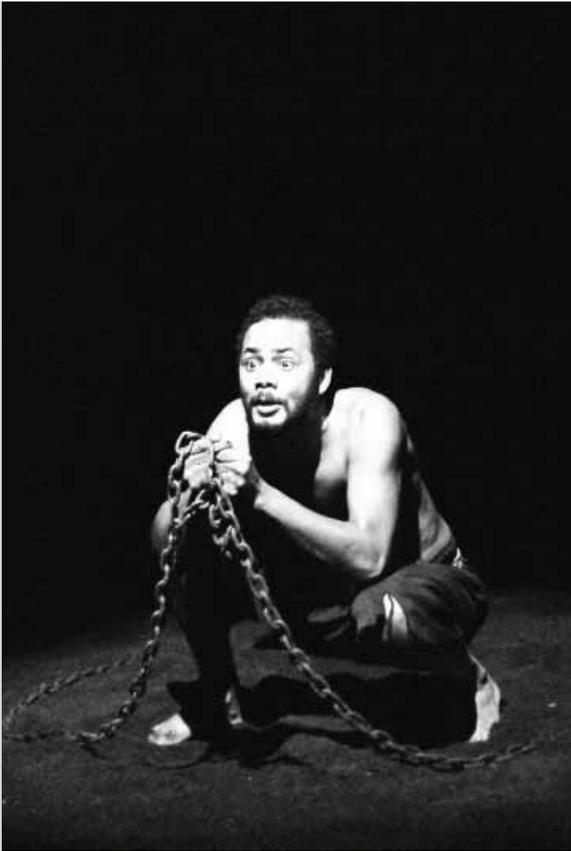
dos, com a Companhia Firma de Teatro, e *Viúva, porém honesta*, encenada pelo Grupo Gattu; além de participações de Cuba, Uruguai, Bolívia, México e Portugal. O festival teve sua comissão artística formada por Elvira Gentil, Gloria Levy, Renata Pallottini e Walter Malta.

Na terceira edição, em 2010, entre outras montagens, duas se destacaram: *Sonho de uma noite de verão*, de Shakespeare, pela Sociedade Cultural Teatro Rotunda, de Campinas, e *Final de partida*, de Samuel Beckett, encenada pelo Argos Teatro, de Cuba. Também se apresentaram grupos de Portugal, Espanha, Argentina, Colômbia, Uruguai, Peru e México. Na mostra paralela, uma novidade: a estreia do circo-teatro, com o Circo de Teatro

Tubinho. Além do ciclo de debates, do qual participaram Lígia Cortez, Zé Carlos Andrade, Chico de Assis, Ênio Gonçalves e Analy Alvarez, e das noites de autógrafos, com Christiane Triccerri, Ivan Cabral e Oswaldo Mendes.

Na edição do ano passado, cuja curadoria coube à Elvira Gentil, Maria Lúcia Candeias e Umberto Magnani, os organizadores decidiram agregar ao programa outro segmento: uma homenagem a uma personalidade por sua contribuição ao setor, que coube à atriz Maria Della Costa, por sua incansável defesa do espaço teatral.

A participação dos grupos brasileiros cresceu com presenças marcantes das peças *Lamartine Babo*, de Antunes Filho;



À esquerda, *Lo que más me gusta* de Federico, com direção de Marcela Gilabert, do Paraguai. Nesta página, *Um punhado de terra*, de Pedro Eiras, Portugal.

As folhas do cedro, de Samir Yazbek, e *Noel rosa, o poeta da Vila e seus amores*, de Plínio Marcos, entre outras. Das montagens internacionais várias se destacaram: caso de *Sin Fin (Collageen B/N)*, da Colômbia; *Septiembre*, da Bolívia; *José Gaspar, la soledad del poder*, do Paraguai; *Abanico de soltera*, da Argentina. Nas acaloradas discussões sobre os avanços e as dificuldades do teatro contemporâneo participaram nomes de peso, como José Leitão (Portugal), Zé Renato, Rachel Ripani, Mario Sergio Loschiavo e Gloria Levy (Uruguai). Zé Renato também ministrou uma oficina de direção teatral, bastante concorrida, como também foram as noites de autógrafos com Renato Borghi e Samir Yazbek, entre vários outros nomes da área.

Nesta quinta edição, o Festival Ibero-Americano de Teatro de São Paulo recebeu, além dos brasileiros, grupos teatrais de Portugal, Espanha, México, Bolívia, Uruguai e Argentina. *Luis Antonio-Gabriela*, de Nelson Baskerville, abriu o evento que abrigou, entre outras produções, a montagem portuguesa de *Um punhado de terra*, de Pedro Eiras, com o grupo Art'Imagem. Oficinas, debates e a homenagem, instituída na edição anterior, este ano dedicada à Cleyde Yáconis, completaram a programação de um festival que veio para ficar.

Reynaldo Damazão é sociólogo e jornalista, autor de *Horas perplexas, entre outros livros*.

JORGE
GLUSBERG

**AS ARTES PLÁSTICAS INTERNACIONAIS
PERDEM UM GRANDE LÍDER E AGITADOR**

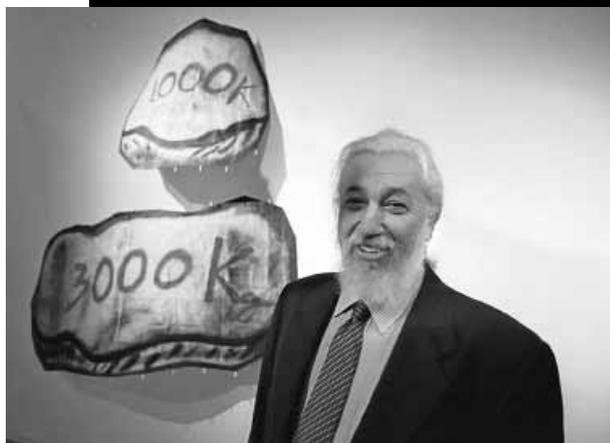
Eduardo Rasco

O Rei Salomão afirmou no *Eclesiastes* que “um nome é melhor do que bom óleo e o dia da morte é melhor do que o dia em que se nasce”. Imagino que o sábio da Antiguidade estivesse pensando na reputação que se deixa. O crítico de arte, dirigente de museu, agitador cultural e empresário argentino Jorge Glusberg morreu no início de fevereiro de 2012, aos 79 anos. Sua morte repercutiu em seu país. A versão online do jornal Clarín, o mais importante da Argentina, dedicou-lhe uma matéria. Ao pé da página, vários leitores deixaram seus comentários. Um deles (Norberto Chavarri) resume todos os outros: “Me fascina ver como na hora da despedida vão chegando as faturas não pagas em vida, recheadas de paixões reprimidas. É uma pena que, ao morrer, não possamos nos inteirar da memória que perdura. Assim é a vida, Glusberg.”



Jorge Glusberg, o criador do Grupo de los Trece de Buenos Aires, colocou a produção artística argentina no mapa do circuito internacional de arte.

Como diretor do Museo de Bellas Artes de Buenos Aires, Glusberg provocou mudança radical na programação, colocando o melhor da arte contemporânea internacional. Com ele o MNBA criou a I Bienal de Buenos Aires, que ocorreu uma única vez.



O humor e o dinamismo de Glusberg ficaram impressos em todos os eventos que ele promoveu no Brasil e no exterior, o que o faz um dos críticos latino-americanos mais admirados pelos artistas.

A partir dos anos 1950, a importância da militância de Jorge Glusberg no mundo das artes só fez aumentar. Ele começou trabalhando com o crítico de arte argentino Jorge Romero Brest e se vinculou ao Instituto Di Tella, que apoiava a produção cultural de *los hermanos* naquela época. Logo percebeu a necessidade de criar instituições e dispositivos culturais cujos tentáculos fossem longe: foi o fundador do mítico Centro de Arte y Comunicación (Cayc), verdadeira usina de vanguardas nas décadas de 1970 e 80, e da Bienal de Arquitetura de Buenos Aires, em 1985, uma das mais importantes do mundo, atualmente. Mais recentemente, de 1994 a 2003, dirigiu o Museo Nacional de Bellas Artes.

Como dirigente e promotor cultural, Glusberg criou vínculos com os agentes artísticos brasileiros. Assim como fazia na Argentina, apoiava novos talentos brasileiros, como José Roberto Aguilar. É claro que sua atuação provocou certa crítica à esquerda, que pregava uma arte mais engajada, uma vez que os dois países experimentavam cruéis ditaduras militares. Em 1977, Jorge Glusberg participou da XIV Bienal de Artes de São Paulo. O coletivo comandado por ele – o Grupo de los Trece – foi o primeiro latino-americano a ganhar o Grande Prêmio da Bienal, também chamado de Prêmio Itamaraty. Todos os outros ganhadores, anteriormente, tinham sido artistas de renome mundial, a maioria europeus. A partir da Bienal seguinte, as premiações foram eliminadas. A jornalista Leonor Amarante, em seu livro *As Bienais*, assim descreve o ocorrido:

“Batatas, salames, gaiolas, pedaços de carne, velas, arames, terra, uma televisão ligada o tempo todo... Esse universo aparentemente caótico, que compunha a instalação *Signos*

em Eco-Sistemas Artificiais, do Grupo de los Trece, de Buenos Aires, deu à Argentina o privilégio de ser o único país latino-americano a receber o prêmio máximo da Bienal Internacional de São Paulo. O fato, que poderia se transformar numa festa, acabou em grande confusão. Os protestos contra a premiação começaram bem antes de a linha oficial ser anunciada. O brasileiro Frans Krajcberg ficou furioso ao ser anunciado o nome do grupo. Em sua versão, os artistas argentinos eram ricos e ainda financiados por um magnata, Jorge Glusberg, que teria investido muito dinheiro na exposição.” (p. 244).

O crítico de arte Olívio Tavares de Araújo fez parte do júri de seleção daquela Bienal. Na época, ele era também membro do Conselho de Arte e Cultura da 1ª Bienal Latino-Americana de São Paulo, que teve apenas uma edição. Ele conta que, de fato, Glusberg “não precisava de dinheiro, ele tinha dinheiro”, e destaca que o argentino “era ponta de lança da vanguarda, trazia para cá coisas que saíam lá fora”. Olívio lembra que Glusberg representava uma multinacional da área de alta tecnologia e, talvez por isso, estivesse interessado na mistura de arte e ciência. “Era uma figura levemente mefistofélica, metido a grande teórico, responsável por certa mentalidade de vanguarda que trazia de Buenos Aires.”

O arquiteto Paulo Mendes da Rocha foi convidado por Glusberg para dar uma palestra na XI Bienal de Arquitetura de Buenos Aires, de 2007. Os dois não tiveram uma relação próxima, mas o arquiteto brasileiro reconhece nele uma espécie de “embaixador cultural”, que articulava muito bem os serviços diplomáticos de diferentes países para promover eventos internacionais. Mendes da Rocha

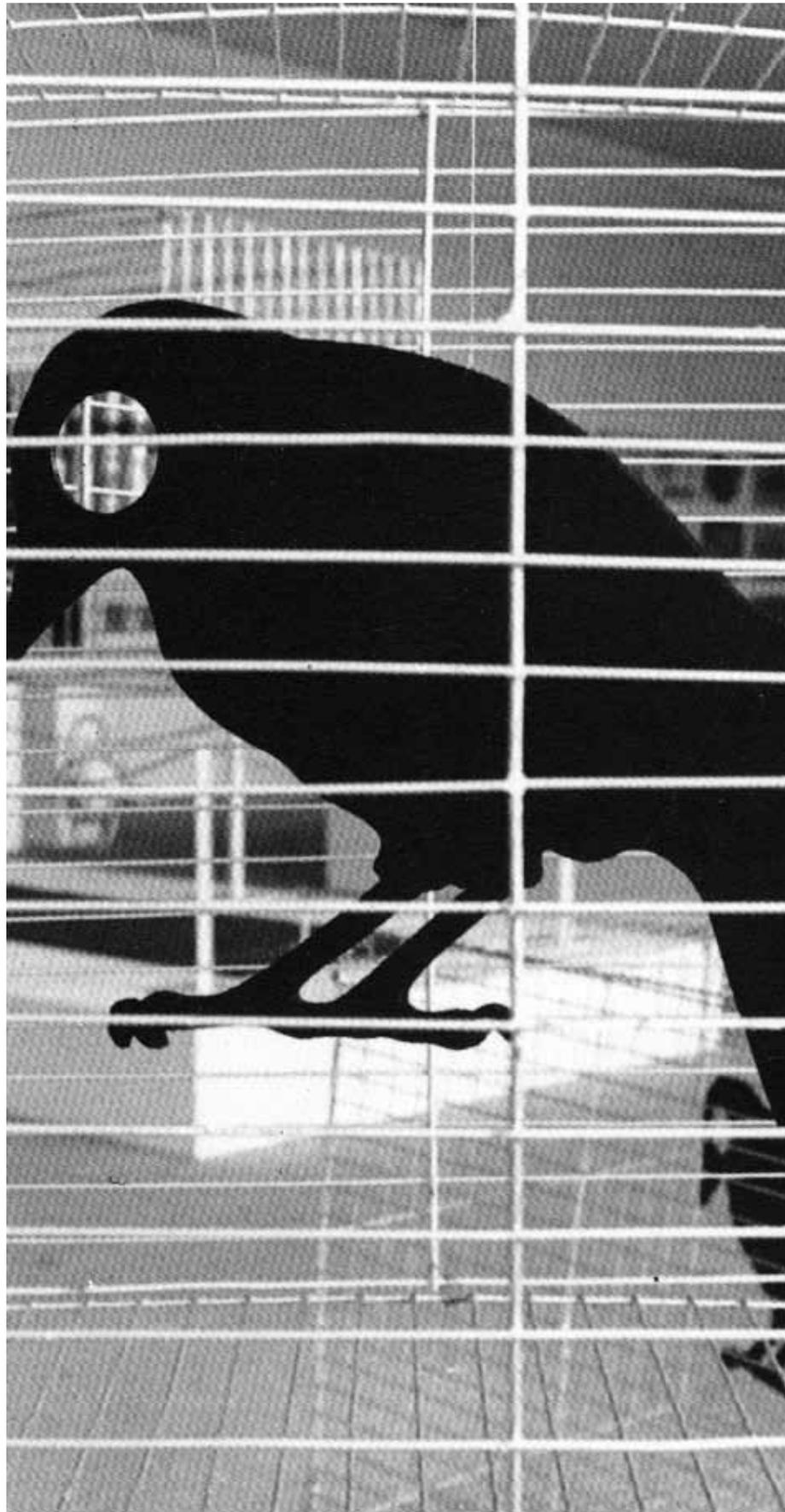
*Detalhe de Signos
em Eco-Sistemas
Artificiais, obra criada
pelo Grupo de los Trece.*

torce o nariz para o fato de Glusberg ter exercido cargos na época da ditadura militar argentina e ter enriquecido com uma fábrica de luminárias que fornecia aos militares e que, inclusive, iluminou os estádios da Copa do Mundo de 1978, disputada naquele país.

“O Glusberg não era unanimidade”, diz Leonor Amarante: “Havia pessoas que não gostavam do estilo dele trabalhar, mas só erra muito quem faz muito. Ninguém joga pedra em árvore que não dá fruta. É fácil para quem não faz nada criticar. Um homem que tinha aquele humor judaico, cortante, irônico, vai fazer muita falta... Uma pessoa que não teve medo de colocar suas ideias num momento difícil politicamente, se opondo a uma visão plana de arte latino-americana plana.”

O museólogo e curador Fábio Magalhães explica que “ser polêmico era uma de suas marcas e, com isso, Glusberg acumulou muitos inimigos, mas nunca deixou de ser independente e de agitar as bandeiras da grande vanguarda”. Magalhães recorda que quando dirigiu o Museu de Arte de São Paulo (Masp) apoiou o colega, então dirigente do Museo Nacional de Bellas Artes, da Argentina, a organizar uma grande exposição de artistas brasileiros em Buenos Aires. “Era um homem extremamente agitado, contra a acomodação de qualquer manifestação artística”, resume Fábio Magalhães.

*Eduardo Rascov é jornalista e editor do site do
Memorial da América Latina*





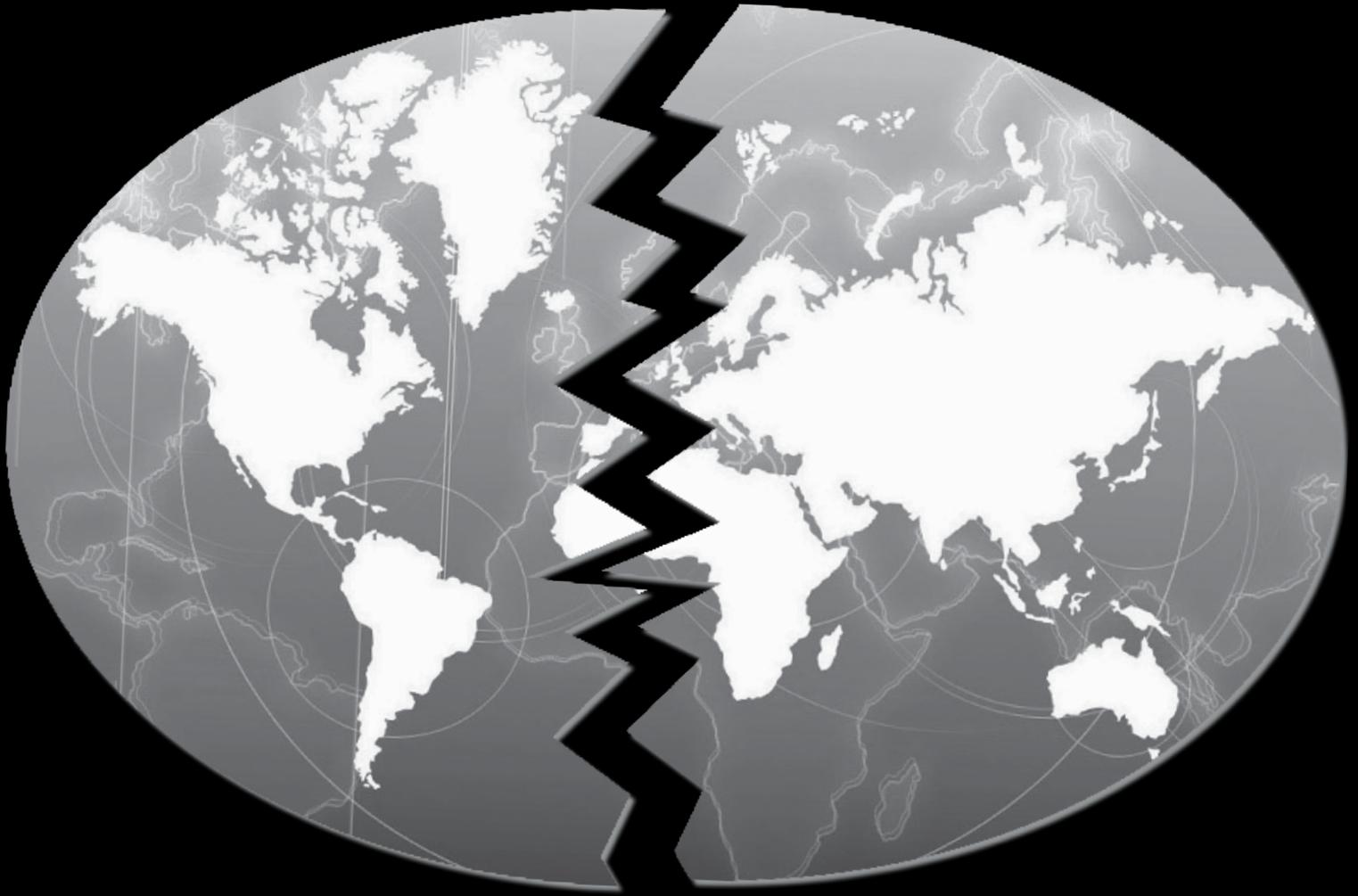


A obra do Grupo de los Trece, premiada na Bienal Internacional de São Paulo, em 1977.

CRISE MUNDIAL E A AMÉRICA LATINA

Antonio Carlos Pannunzio

Entre as previsões que pululam nessa transição de calendário, a que mais chama a atenção é a advertência da diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Christine Lagarde, a severidade da crise e a dificuldade que os europeus têm para geri-la criarão uma onda que atingirá todas as economias do mundo. Se a principal autoridade da economia mundial não esconde o que espera para 2012, o relatório divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) esboça cenários pouco confortáveis para o panorama social da região, na esteira dos efeitos da turbulência internacional. O receio inicial é que fluam para o ralo os avanços na distribuição de renda, proporcionados pela implementação de programas sociais, conforme registra o estudo realizado pela Cepal, em 17 países, que também constatou recuo na taxa de pobreza.



A questão, entretanto, é que esses números são paliativos, não resolvem os graves problemas estruturais desses países, que convivem com riscos cotidianos de exclusão e índices educacionais sofríveis.

Mudar esses parâmetros tem sido desafiador desde sempre, e o assunto já se tornou tema de discussão de Eduardo Galeano em seu livro *As veias abertas da América Latina*, publicado há quatro décadas. Se o incremento das políticas públicas sociais depende diretamente do processo de evolução da economia, é preciso que os governantes prestem atenção aos temores dos arautos globais e ponham suas barbas de molho.

As projeções de especialistas e organismos internacionais também fazem coro ao pessimismo generalizado em relação à crise do euro e suas consequências para o resto do mundo. O balanço das economias da América Latina e Caribe, divulgado pela Cepal, sinaliza crescimento menor para a região do que o registrado em 2011.

É nesse contexto que a advertência da diretora do FMI suscita a expectativa de que uma nova espiral negativa na economia mundial será, potencialmente, muito maior do que a simples “marolinha” de 2008 e não irá fazer distinção entre países ricos, emergentes e pobres. Naquele ano, é bom lembrar, os países da América Latina fizeram costuras políticas regionais que blindaram a região da hecatombe, que, como se viu, impactou as economias da União Europeia.

A recessão anunciada desde então, e agora realidade, deverá obrigar os governos da América Latina a posturas mais ousadas em relação à circulação do dinheiro. Em 2011, os sinais mais visíveis da crise na Europa e nos Estados Unidos foram o

crescimento do desemprego e o corte de gastos públicos, contrapondo-se à queda nas taxas de pobreza e desigualdade registradas na América Latina e Caribe.

Diante disso, como desenvolver programas sociais que reduzam contrastes tão evidentes, se os próprios gestores das políticas públicas são claudicantes na administração de verbas, como as que são destinadas ao combate e à prevenção de desastres naturais – aqui, no Brasil, só agora liberadas depois de todo o caos e tantas vítimas? E o escabroso caso de desvio dos repasses de verbas às ONGs?

Escapa à mente mais obtusa acreditar que o Brasil, e demais países da América Latina, precisam, primeiro, fazer a lição de casa se quiserem que a região venha, efetivamente, fazer parte da solução para a crise mundial, como propagam arautos do otimismo.

O fato de o Brasil ter assumido a posição de sexta economia no *ranking* mundial não pode ser visto como panaceia. É uma boa notícia que também pode ter o seu avesso quando se sabe que, ao Brasil, caberá o papel definitivo de porta-voz dos emergentes e do Terceiro Mundo.

Seja como for, o futuro da economia latino-americana é uma incógnita, mesmo que se leve em conta a perspectiva otimista de que a China (cujo PIB deverá ultrapassar o dos EUA ainda nesta década) continuará sendo o fiel da balança comercial da região, como prevê, entre outros especialistas, o Nobel de Economia, Joseph Stiglitz.

Antonio Carlos Pannunzio é presidente da Fundação Memorial da América Latina (SP)

MIGRANTES

MUNDO REDESENHADO

Roberto Simon

Nos traços do cartógrafo renano Sebastian Münster, um dos primeiros a mapear as Américas, no século 16, o novo continente aparece dividido entre duas massas disformes. Embaixo, uma América do Sul desproporcionalmente esticada entre a porção andina e o que hoje é o Brasil. Em cima, uma América do Norte achatada, que não ultrapassa muito a região de “Terra Florida”, atual Flórida. A Bacia do Prata é coberta pelas inscrições “Die Nüm Welt”, ou “Novo Mundo”, termo popularizado por Münster para se referir ao virgem território a ser desbravado. Passados cinco séculos, as desproporções que o cartógrafo seiscentista via nas Américas parecem ter ganhado uma estranha atualidade. Não no sentido físico, é claro, mas na forma como latino-americanos, em busca de novas terras a desbravar, enxergam o continente. Está em curso uma transformação

silenciosa na dinâmica das migrações dentro das Américas. Nesse movimento, trabalhadores da própria região atrás de oportunidades parecem imitar as pinceladas de Münster: começam a “achatar” a América do Norte e “esticar” a América do Sul. Posto em traços modernos, latino-americanos parecem ir gradualmente menos aos EUA e mais ao maior país do sul, o Brasil.

Não se trata de uma inversão de papéis ou de uma mudança brusca. Os EUA continuam a ser, de longe, o maior destino para migrantes não só das Américas, mas do mundo. Segundo a Organização Internacional para a Migração (OIM), da ONU, o número de estrangeiros vivendo nos EUA ultrapassa os 40 milhões, mais do que o triplo do segundo colocado no *ranking* global, a Rússia. Entretanto, com a estagnação

da economia norte-americana, desde o estouro da crise, em 2008, somada a políticas duras de combate à entrada de estrangeiros e à deportação de indocumentados, menos trabalhadores latino-americanos têm tentado “fazer a América”. E isso parece ser uma tendência real, não uma mudança episódica.

No Brasil, a equação dos migrantes tem o sentido inverso. Segundo o governo brasileiro, só nos últimos dois anos, o número de trabalhadores estrangeiros no País cresceu 57%. O aumento foi puxado pelos vizinhos sul-americanos. Entre 2009 e 2011, o total de peruanos que trabalham legalmente em território brasileiro, por exemplo, triplicou. O de paraguaios e bolivianos aumentou 70%. A cifra refere-se apenas aos imigrantes em situação legal no Brasil – ou seja, somados os indocumentados, para

Os movimentos migratórios latino-americanos mudaram de direção, e hoje buscam oportunidades dentro da própria região.



os quais não há números oficiais, o crescimento é bem maior.

Esses novos imigrantes fizeram o Brasil saltar do quarto para o primeiro lugar no *ranking* de destinos da América Latina, ultrapassando em ordem crescente México, Venezuela e Argentina. A mudança indica uma tendência histórica que se aprofundará nas Américas, reforçada pela emergência econômica do Brasil. Ainda assim, os EUA ainda continuarão a ser o grande destino de latino-americanos. Hoje, no Brasil, menos de 1% da população é formada por imigrantes em situação legal – cerca de 150 mil. Nos EUA, a cifra é de 14,2%.

Muralha

Uma linha de 3.200 quilômetros separa os EUA do México, cortando o continente do Pacífico ao Atlântico. Trata-se da fronteira mais cruzada do mundo. É lá que a gradual redução no influxo de latinos tem sido mais evidente.

Apenas em outubro do ano passado, os guardas de fronteira de San Diego detiveram 11.056 mexicanos que haviam acabado de driblar a muralha que os separa do vizinho ao norte. Isso em um trecho de menos de 100 quilômetros. O número é impressionantemente alto, mas, comparado aos anos 1990, indica um recuo importante. Em média, 2 mil pessoas eram presas diariamente na mesma região em 1994. Outras 32 morriam, por dia, tentando entrar nos Estados Unidos. Entre 2006 e 2009, a cifra de mexicanos que cruzavam ilegalmente a fronteira baixou de 1 milhão para 600 mil, segundo o governo americano.

Há duas explicações para o recuo. A primeira é a deterioração da situação econômica dos EUA em geral, e dos imigrantes em solo americano, em particular. Desde 2006, registrava-se uma contínua queda no total de dinheiro enviado por estrangeiros aos países de origem. Com a crise, o quadro se agravou. Um ano após a *débauche* de 2008, o desemprego entre es-

trangeiros em situação legal nos Estados Unidos chegava a 11,5%, dois pontos acima da média nacional. Dois dos setores que mais empregavam trabalhadores latino-americanos, construção civil e manufaturados, foram os mais atingidos pela recessão. Trabalhadores temporários foram dispensados às pencas.

A dificuldade em retomar o ritmo do crescimento tornou os Estados Unidos menos atraentes aos olhos de trabalhadores do restante do continente. Mas houve um segundo fator importante: a adoção de políticas para barrar estrangeiros. O escritório de migrações das Nações Unidas atribui parte do retrocesso ao reforço na fronteira com o México e à punição mais rigorosa de empregadores americanos que contratam mão de obra “ilegal”. Novas leis facilitaram a deportação de trabalhadores em situação irregular.

No Brasil, a melhora da situação econômica somou-se a políticas aparentemente favoráveis aos estrangeiros, como a anistia geral a indocumentados de 2009. Mas, em resposta à chegada de mais de 4 mil haitianos ao Acre, em janeiro, o País, pela primeira vez em sua história recente, decidiu impor barreiras à entrada de estrangeiros: daria 100 vistos por dia em sua embaixada em Porto Príncipe, além de 2.400 “vistos humanitários” aos haitianos que já estavam no País. A decisão foi alvo de críticas de ONGs e muitos duvidam de sua eficácia.

Os haitianos são outros que parecem imitar os traços de Münster. Nos anos 1990 e 2000, imigraram em massa para a Flórida – a “Terra Florida” do cartógrafo renano. Hoje, especialmente após o terremoto de 2010, esticam cada vez mais as fronteiras da América do Sul.

Roberto Simon é repórter do jornal O Estado de S. Paulo e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – San Tiago Dantas.

CONCEITO DE FELICIDADE DO
BUTÃO
JÁ É ADOTADO NO BRASIL

Tânia Rabello



O Butão, pequeno país de 700 mil habitantes nas bordas do Himalaia e encravado entre China e Índia, está exportando felicidade para o mundo. Ou pelo menos o conceito de felicidade, que, transposto para a administração de um país, Estado ou município, deve basear-se em nove diretrizes: padrão de vida, boa governança, educação, saúde, resiliência ecológica, diversidade cultural, vitalidade comunitária, uso equilibrado do tempo e bem estar psicológico e espiritual. Em

contraposição ao Produto Interno Bruto (PIB), os defensores do conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) argumentam que o PIB, ao medir o bem estar da população levando em conta apenas parâmetros econômicos, ignora o que qualquer ser humano almeja: a felicidade.

No Brasil, alguns municípios e até empresas começam a familiarizar-se com o FIB, cuja disseminação no mundo está a cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da



Na página ao lado, trilha que dá acesso ao Ninho do Tigre, um dos principais mosteiros do Butão. Nesta página, crianças em Thimpu, a capital butanesa.

ONU. Entre eles, Bento Gonçalves, na Região Sul, e Itapetininga e Campinas, no interior paulista. O Brasil já conta até com uma embaixadora do FIB, a biopsicóloga e antropóloga americana Susan Andrews, que mora há 20 anos por aqui, desde a Eco-92, e coordena o Instituto Visão Futuro e a ecovila Parque Ecológico Visão Futuro, em Porangaba (SP).

Foi o então rei do Butão (pai do atual rei) Jigme Singye Wangchuck que em 1972 lançou o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) em uma entrevista. Ao ser indagado sobre o PIB do seu país ser tão baixo (em torno de US\$ 1,52 bilhão em 2010 ante US\$ 14,7 trilhões dos Estados Unidos), ele prontamente respondeu: “A Felicidade Interna Bruta é mais importante do que o Produto Interno Bruto.” Desde então, o FIB transformou-se em política governamental.

O país conta também com grande ajuda da prática religiosa budista para garantir um estado de felicidade. Embora o Butão venha enfrentando problemas com sua recente abertura para o mundo – até 1999 o país não tinha internet nem TV, cuja

programação é predominantemente indiana e um lixo –, outros índices que medem a felicidade têm apresentado excelente desempenho. Como a preservação ambiental: as montanhas, algumas com mais de 7 mil metros de altitude, são consideradas sagradas e proibidas de escalar e a cobertura florestal atinge 70% do território butanês.

Em países não budistas e puramente capitalistas, porém, a Felicidade Interna Bruta não é uma meta inatingível, garantem seus defensores. Um dos passos para implementar o FIB na comunidade interessada é, por intermédio de um questionário, detectar em que nível anda a felicidade da população em relação, por exemplo, a questões ambientais, sanitárias, comunitárias e educacionais. A partir daí e com participação ativa da própria comunidade e do poder público, tomar medidas para transformar o que precisa ser transformado para garantir maior bem estar. Quem quiser tentar, pode começar entrando em contato com o Instituto Visão Futuro no site www.felicidadeinternabruta.org.br.

Tânia Rabello é jornalista.

OS TUPIS REINAM NA AMÉRICA DO SUL

José Roberto Torero

Poucos historiadores tocam no assunto, mas, em fins do século XV, houve uma tremenda guerra entre grupos indígenas da América do Sul. O local da estrondosa luta, segundo os arqueólogos, foi o Planalto Central brasileiro. As principais etnias abaixo do Canal do Panamá participaram do conflito. Os patagões vieram da Argentina; os mapuches chegaram do Chile; charruas galoparam do Uruguai; os incas despencaram dos Andes; guaicurús subiram do Paraguai e o Brasil foi representado pelos tupis. Há quem diga que a guerra foi tão violenta que muitas montanhas foram cortadas ao meio, formando as chapadas, e desenhos encontrados na Gruta dos Ecos, em Girassol, Goiás, mostram que rios foram tingidos de vermelho e pássaros tombavam em pleno voo ao respirar os pestilentos ares da morte.



Quanto aos vencedores, eis aí uma surpresa. Não foram os desenvolvidos incas nem os altos patagões, mas os nossos tupis.

Com a gloriosa conquista, os índios brasileiros fizeram muitos escravos, ampliando seus poderes e tornando-se os grandes senhores da América do Sul.

Bah! Confesso: não foi nada disso! Estou inventando tudo.

Mas, olhando para os elencos dos times brasileiros, não é impossível pensar numa história paralela em que o Brasil teria vencido seus vizinhos. É só olhar para as escalções de nossos times para perceber que somos imperialistas.

Quereis números? Dou-vos!

Dos 20 times da primeira divisão brasileira, nada menos do que 14 se utilizam de jogadores de outros países sul-americanos.

Não acreditais? Provo-vos!

Comecemos pelas praias cariocas, que estão ainda mais cheias de argentinos graças ao futebol.

No Botafogo, há o esforçado Herrera, que tem um uruguaio por companheiro: Loco Abreu.

Na praia ao lado, a do Flamengo, também encontramos um argentino, o meia Bottinelli. Mas lá os chilenos são maioria, graças a Maldonado e a Marcos González.

O Fluminense pode entrar com um meio de campo totalmente estrangeiro, escalando os argentinos Lanzini e Martinuccio (recém-emprestado ao Villarreal), o colombiano Valencia e Deco, português nascido em São Bernardo do Campo.

O Vasco tem uma bela variedade de sudacas (termo pouco elogioso usa-





Na página ao lado o argentino Herrera e o uruguaio Loco Abreu, ambos atacantes do Botafogo de Futebol e Regatas. Nesta página Walax do Santo André e o chileno Valdivia, da Sociedade Esportiva Palmeiras.

do pelos espanhóis para falar dos hispano-americanos). Do Paraguai veio o lateral Irrazábal; da Argentina chegou o meia Abelairase; o atacante Carlos Tenorio foi trazido do Equador.

As Minas Geraes também têm seus forasteiros. No Atlético há o viril Escudero e no Cruzeiro temos quatro importados: o colombiano Diego Arias, o uruguaio Victorino e os argentinos Montillo e Farias.

Chegamos a São Paulo. Ou melhor, ao São Paulo, onde jogam o lateral paraguaio Piris e o meia argentino Cañete.

No Palmeiras, Felipão disse que queria “camarões”, ou seja, jogadores caros, e a diretoria trouxe cucarachas. Além de Valdívia, agora há Adalberto Román, zagueiro paraguaio, e Barcos, atacante argentino.

O Santos, que não recorreu a nenhum jogador de fora do País para vencer a última Libertadores, agora tem o lateral Fucile (Uruguai), o atacante Renteria (Colômbia) e Overath Breintner, que, apesar do nome, nasceu em Barcelona. Não a da Espanha, mas a da Venezuela.

Encerremos o giro pelos paulistas com o Corinthians, em que há dois Williams e um Bill, mas o estrangeiro chama-se Luís. Luís Cachito Ramirez, que veio do Peru.

No Bahia acontece o mesmo fenômeno. O time tem um Lenine e um Jones, mas Lenine nasceu em Manaus e Jones, em Caratinga. O estrangeiro do time é outro Luiz, no caso, Luiz Gutierrez, e veio da Bolívia.

O Rio Grande do Sul é tradicionalmente o Estado que mais utiliza jogado-



res estrangeiros. Neste começo de ano, o Grêmio tem o boliviano Marcelo Moreno e o argentino Miralles. Já o Internacional honra o nome com os argentinos D'Alessandro, Guiñazu, Dátolo e Bolatti. Provavelmente, traria mais portenhos se no Brasil não houvesse o limite para quatro estrangeiros em campo.

Só nesta pequena lista há mais de 30 *hermanos*.

Os tupis não ganharam a guerra do século XV, mas estão ganhando a guerra econômica do século XXI. E o futebol vem a reboque.

Quereis mais provas? Ei-las:

Durante os cinco anos do governo Sarney e os dois do governo Collor, tempos de fracassados planos econômicos, o Brasil não chegou sequer a uma final de Libertadores. E, mais grave ainda, esteve somente numa semifinal.

Bastou um tanto mais de competência econômica com Itamar, Fernando Henrique, Lula e Dilma para o País tirar a barriga, ou melhor, os pés, da miséria.

Desde 1992 voltamos a frequentar assiduamente as decisões da Libertadores. Nestes últimos 20 campeonatos, estivemos em todas as semifinais e só não decidimos quatro torneios. Nos anos mais recentes, a coisa está ainda melhor: participamos das últimas sete finais e vencemos quatro.

Ou seja, com o crescimento econômico, estamos nos tornando imperialistas. Imperialistas regionais é verdade, mas imperialistas.

Agora, do mesmo jeito que nós, brasileiros, xingamos Milans e Reais por nos levarem jogadores, Flamingos e Internacionais devem estar sendo odiados por nossos vizinhos.

Na página ao lado, D'Alessandro e Guiñazu do Sport Club Internacional de Porto Alegre. Nesta página, Bottinelli, meia do Flamengo. Todos argentinos.



José Roberto Torero é jornalista, analista futebolístico e colunista na Folha de S. Paulo.

IDIOMAS EM RISCO DE EXTINÇÃO

Dos 14 idiomas indígenas do Equador, 8 correm risco de extinção. Apenas o quíchua se mantém forte. O waotedo, dos waodani, grupo que vive na Amazônia Equatoriana, está seriamente ameaçado. Um programa de educação bilíngue da Universidade de Cuenca pretende reabilitá-lo. Após dias de via-

gem, inclusive, a pé e de canoa, um grupo de estudantes, todos compartilhando a mesma língua, chegou à aldeia de Toñampari para implementar um programa de preservação cultural. A universidade acredita que, com a educação bilíngue, os alunos podem fazer prevalecer o idioma e a cultura ancestral.



SUNDANCE PREMIA FILME CHILENO

O filme chileno *Violeta se fue en los cielos*, de Andrés Wood, realizado em parceria com a produtora brasileira Denise Gomes, venceu o World Dramatic, do Festival de Cinema de Sundance. Vitrine da produção independente nos Estados Unidos, o Sundance foi uma criação de Robert Redford, justamente para dar visibilidade a essas realizações. O chileno vencedor já é um nome forte no mercado cinematográfico por causa de *Machuca*, um filme sobre os tempos da ditadura Pinochet, por meio do olhar de uma criança. Agora, *Violeta se fue*, que já ganhou vários prêmios e foi indicado para concorrer ao Oscar, relata a vida tumultuada de Violeta Parra, autora de *Gracias a la vida*, um dos maiores sucessos da música latino-americana.



DESTAQUE NO CAMPO ENERGÉTICO

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Urbano de 2011, o Brasil tem se destacado mundialmente quanto a investimentos e emprego de fontes renováveis de energia, que representam 44,5% de toda a oferta de energia primária. O número é próximo do registrado na Noruega, o primeiro colocado no *ranking* mundial, e seis vezes maior do que os índices registrados na Europa e na Ásia.



ARTISTAS SE ENGAJAM EM PROL DO HAITI

Nomeado embaixador itinerante do Haiti, em reconhecimento à sua ajuda à nação caribenha, o ator norte-americano Sean Penn tem sido muito bem-sucedido em suas iniciativas. A entidade que fundou, a J/P Haitin Relief Organization, arrecadou nada menos do que US\$ 5 milhões em um único

evento, realizado em Beverly Hills, do qual participaram atores igualmente famosos, como George Clooney e Julia Roberts. Um dos projetos da organização oferece alojamento temporário para 55 mil pessoas desabrigadas pelo terremoto que assolou o país em fevereiro de 2010.



A cantora colombiana Shakira e o ator norte-americano Sean Penn em visita ao Haiti.

BRASIL PERDE UM GRANDE MILITANTE



Paulo Schilling, gaúcho de Rio Pardo, faleceu aos 86 anos. O contador, que se tornou militante exilado por 15 anos, durante o regime militar, dedicou-se às palavras neste período, trabalhando em jornais e escrevendo livros – somando 32 obras. Foi, com Brizola e ainda no Rio Grande do Sul, um dos fundadores do Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), uma organização precursora do atual Movimento dos Sem Terra (MST). Secretário da Frente de Mobilização Popular em apoio ao presidente Jango, de 1961 a 1964, e um dos editores do jornal *Panfleto*, ajudou a fundar também a Fecotriço, um marco no movimento cooperativista regional e nacional. Em 1974, depois do golpe no

Uruguai, foi expulso do País, tendo seguido para a Argentina. Durante o exílio, trabalhou para o jornal *Marcha* e para a *Prensa Latina*, agência de notícias sediada em Cuba. Entre suas obras, destacam-se: *O expansionismo brasileiro*, sobre o “subimperialismo” do País na América do Sul e, durante a ditadura militar, sua obra mais famosa, *Como a direita se coloca no poder*, publicado pela Global, no Brasil, em 1979, quase ao mesmo tempo de seu retorno ao País, depois da anistia. Enfrentou uma luta particularmente dolorosa pela libertação de sua filha, Flávia Schilling, ferida à bala e presa no Uruguai, por fazer parte do Movimento Tupamaro (como o atual presidente José Pepe Mujica).

FILHA DO CAPINZAL

(manga version)

Isto
parece o quarto da garota, com tantos cyber
posters, a limonada e
a mochila em cima de uma cama. Que
olhos são aqueles, estes, admirados
e abertos como uma cerejeira em flor?

Deitada aqui
escuto o ploc das botas
no convés, o som
das baleias azuis neste mar congelado.

Tudo tão quieto
como um teatro nô. E no
pesqueiro
lembro teus beijos japoneses, teu andar
iluminado por uma chuva fina, teu
dizer digital.

Anibal Cristobo nasceu em Buenos Aires, em 1971. Viveu durante cinco anos no Rio de Janeiro, onde publicou seu primeiro livro, Teste da Iguana, em 1997 pela editora 7Letras. A ele seguiram-se Jet-lag (2002), Krill (2004) e Miniaturas Kinéticas (2005), que reúne sua produção até o momento. Vive atualmente em Barcelona.



Assine a Revista Nossa América [4 edições]: R\$ 24,00
www.memorial.sp.gov.br